informações fipe

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Nº 419 Agosto / 2015

ISSN 1678-6335

análise de conjuntura

Finanças Públicas
VERA MARTINS DA SILVA
p. 3
Vera Martins da Silva apresenta os resultados fiscais de junho de 2015 do Governo Federal.

Setor Externo
VERA MARTINS DA SILVA
p. 7
Vera Martins da Silva comenta o desempenho do setor externo brasileiro no primeiro semestre de 2015.

temas de economia aplicada

Tendências Advindas do Padrão de Exportações do Brasil: Menor Complexidade e Heterogeneidade Estrutural
CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS
p. 11
Cristina Fróes de Borja Reis tece considerações sobre a complexidade das exportações e sobre os possíveis efeitos da reprimarização da pauta exportadora do Brasil.

Atualização dos Pesos do IPC-Fipe com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares da Fipe (2011-2013)
ANDRÉ LUIS SQUARIZE CHAGAS, MOACIR M. YABIKU, MARCELO HENRIQUE PEREIRA, JACKSON ROSALINO
p. 15
André Luis Squarize Chagas e demais autores apresentam a revisão da estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe).

Revisão Sistemática sobre Resenhas Críticas de Cinema: O Uso de Mineração de Texto para Gerar Informações Não Observáveis?
THAÍS LUIZA DONEGA E SOUZA, MARISLEI NISHIJIMA
p. 27
Thaís Luiza Donega e Souza e Marislei Nishijima avaliam como a mineração de texto vem sendo usada para classificar revisões críticas cinematográficas *on-line.*

Economia Criativa: 20 Anos Depois – O Contexto Emergente
JULIO LUCCHESI MORAES
p. 38
Julio Lucchesi Moraes discute os principais desafios da Economia Criativa nos países emergentes.

economia & história

Little Boy & Fat Man: Saída da Segunda Grande Guerra ou Entrada na Guerra Fria?
LUCIANA SUAREZ LOPES, JOSÉ FLÁVIO MOTTA
p. 43
Luciana Suarez Lopes e José Flávio Motta recordam o lançamento das bombas nucleares pelos EUA e fazem uma reflexão sobre as motivações e consequências desse terrível evento.

Influências que Abriram Caminhos: Roberto Simonsen e A Perspectiva Histórica
LUIZ FELIPE BRUZZI CURI
p. 49
Luiz Felipe Bruzzi Curi investiga a contribuição intelectual de Roberto Simonsen, na perspectiva mais ampla da difusão internacional das ideias econômicas.

Sobre a Introdução da Cafeicultura na Região da Antiga São Sebastião do Ribeirão Preto, Década de 1860
LUCIANA SUAREZ LOPES
p. 57
Luciana Suarez Lopes discute a introdução da economia cafeeira na região da atual cidade de Ribeirão Preto.

As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião da Fipe

Indicadores Catho-Fipe

Os indicadores Catho-Fipe, desenvolvidos pela Fipe em parceria com a Catho, oferecem uma visão mais aprofundada e imediata do mercado de trabalho e da economia brasileira. As informações disponíveis em tempo real no banco de dados da Catho e em outras fontes públicas da Internet permitem agilidade na extração e cálculo dos números. Desta forma, é possível acompanhar a situação imediata do mercado de trabalho, sem a necessidade de se esperar um ou dois meses para a divulgação dos dados oficiais. Todos os indicadores são divulgados no último dia útil de cada mês, com informações sobre o próprio mês.

O primeiro indicador é uma estimativa para a taxa de desemprego calculada pelo IBGE, a Taxa de Desemprego Antecipada. A Fipe calcula também um índice que acompanha a relação entre novas vagas e novos currículos cadastrados na Internet, o Índice Catho-Fipe de Vagas por Candidato (IVC). Este indicador é mais amplo do que a taxa de desemprego, porque traz informações sobre os dois lados do mercado: a oferta e a demanda por trabalho. Além desses dois indicadores, o Índice de Salários Ofertados permite o acompanhamento dos salários oferecidos pelas empresas que estão em busca de novos profissionais.

Maiores Informações:

☎: (11) 3767-1764

✉: cathofipe@fipe.org.br

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador
Juarez A. Baldini Rizzieri (Presidente)
André Franco Montoro Filho
Carlos Antonio Rocca
Denisard C. de Oliveira Alves
Fernando B. Homem de Melo
Francisco Vidal Luna
Heron Carlos Esvael do Carmo
Joaquim José Martins Guilhoto
José Paulo Zeetano Chahad
Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque

Diretor de Pesquisa
Maria Helena Pallares Zockun

Diretor de Cursos
José Carlos de Souza Santos

Pós-Graduação
Pedro Garcia Duarte

Secretaria Executiva
Domingos Pimentel Bortoletto

fipe 40 anos
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial
Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha

Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas

http://www.fipe.org.br

análise de conjuntura

Finanças Públicas: o Difícil Ajuste Fiscal

Vera Martins da Silva (*)

As contas públicas sofreram uma derrocada a partir de meados de 2014 e, em 2015, como era de se esperar, o ajuste fiscal foi colocado em prática, ou pelo menos essa era a intenção do governo. O que já se esperava, também, era uma drástica redução na atividade econômica, o que acaba por impactar a capacidade de arrecadação dos governos. O resultado é um difícil ajuste fiscal, na medida em que as receitas ficam comprometidas com a recessão e as despesas são, de modo geral, de difícil compressão. O resultado do ajuste fiscal é duvidoso, tanto é que o governo central já abandonou a meta original. Afinal, em meio a um quadro recessivo e com a implementação do ajuste fiscal esbarrando num Congresso rebelde, o governo central faz o que pode, mas sua capacidade de implementação de uma política fiscal mais austera é certamente limitada.

Os dados mais recentes dão conta do tamanho da encrenca (Gráfico 1). Em junho de 2015, o déficit primário foi de R$ 8,2 bilhões. O resultado primário acumulado em junho, no ano de 2015, foi de um déficit de R$ 1,6 bilhões, enquanto no mesmo período de 2014 o resultado acumulado havia sido superavitário em R$ 17,4 bilhões. O resultado negativo decorreu da queda real de receita de 3,3%, enquanto as despesas se mantiveram constantes em termos reais.[1]

Entre as receitas, destaca-se a queda real na arrecadação de **Impostos** (-R$ 807 milhões), mas principalmente a queda real da receita de **Contribuições**, que não são sistematicamente partilhadas com Estados e Municípios e passaram a ser a principal fonte de incremento da receita da União a partir da estabilização promovida pelo Plano Real: queda de R$ 7,6 bilhões nas contribuições. Estas, apesar de não serem automaticamente compartilhadas com outros níveis de governo, têm um caráter pró-cíclico, pois sua base de arrecadação é geralmente associada ao faturamento ou valor adicionado gerado na economia. Com a recessão, a base de arrecadação do governo é dilapidada. Neste conjunto de receitas de contribuições, a única que teve um desempenho positivo foi a **CIDE-combustíveis**, que, dentro do contexto de trazer os preços administrados de volta à realidade, passou a ser novamente cobrada, passando de uma arrecadação de apenas R$ 5 milhões no primeiro semestre de 2014 para R$

520 milhões no primeiro semestre de 2015. [2]

Entre as receitas não recorrentes e que dependem do gerenciamento da atividade pública, as chamadas **Demais Receitas**, houve uma queda de R$ 8 bilhões da Cota-Parte da Compensação Financeira pela exploração de petróleo e gás, principalmente pela queda do preço internacional do petróleo. Houve também a queda de R$ 8 bilhões pela redução de receita referente ao não pagamento de dividendos à União por parte da Petrobras, Eletrobras e do BNDES, eventos que ocorreram em 2014, mas não ocorreram em 2015. Portanto, boa parte do problema do déficit primário observado decorre do uso de receitas não recorrentes para sua obtenção ano a ano, e os problemas no setor de petróleo colocaram em evidência esse arranjo precário das contas.

Em relação às despesas, houve aumento de R$ 2,7 bilhões nas despesas na comparação entre o acumulado de janeiro a junho de 2014 e o mesmo período de 2015. No entanto, isso representa um aumento de apenas 0,5% em termos reais, de modo que se pode dizer que houve estabilidade na despesa global primária. Mas essa relativa estabilidade na despesa primária global foi obtida pela redução de alguns itens, enquanto outros tiveram expansão. Abrindo as contas de despesa, o que ocorreu foi uma grande compressão nas contas relativas a investimento, com queda acumulada de R$ 16 bilhões em **Outras Despesas de Capital** [3] e redução de R$ 3,2 bilhões na despesa com a **Conta de Desenvolvimento Energético** (CDE). Também nesse caso, a volta à realidade tarifária permitiu uma queda nas despesas públicas e uma queda acumulada de R$ 1,5 bilhões em **Despesa de Pessoal e Encargos Sociais**. Por outro lado, alguns itens de despesa cresceram, como os **Subsídios e Subvenções Econômicas**, que tiveram um aumento real de R$ 5,6 bilhões, dos quais R$ 4,7 bilhões referem-se ao PSI – Programa de Sustentação do Investimento. Cabe também destacar o crescimento bem mais modesto, mas mesmo assim relevante, de R$ 270 milhões no **Custeio Agropecuário** e de R$ 214 milhões no **Programa de Agricultura Familiar – PRONAF**, e a queda de R$ 356 milhões nos **Programas de Sustentação dos Preços Agrícolas** – mais uma indicação da saída do governo central na manutenção de preços descolados da realidade. Entre outras operações de crédito inseridas em **Subsídios e Subvenções**, destacam-se também o aumento de R$ 279 milhões dos gastos com Operações de Microcrédito e de R$ 257 milhões com Itaipu – neste último caso, também decorrente do problema do setor elétrico como um todo.

Outras contas cujos aumentos tiveram impacto relevante foram o aumento de R$ 8 bilhões em **Outras Despesas de Custeio** e R$ 7,4 em **Despesas Previdenciárias**, que tiveram uma expansão de R$ 843 mil na quantidade de benefícios pagos, enquanto o valor médio real dos benefícios se manteve constante: em junho de 2015, havia R$ 28,2 milhões de benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, cujo valor médio era de R$ 1.058,00. No caso da Previdência, está em curso uma mudança em suas regras, com a redução da desoneração da folha de pagamento de vários setores, que devem voltar a contribuir para a receita previdenciária e a eliminação da **Compensação do Tesouro ao RGPS** por essas desonerações passadas. Entre janeiro e junho de 2014, o montante dessa compensação foi de R$ 9 bilhões, e em 2015 aumentou para R$ 14 bilhões, o que deve desaparecer em vista das medidas de ajuste, ainda que não totalmente aprovadas, mas já com resultados advindos da Medida Provisória sobre o fim das desonerações.

O que os resultados acumulados em junho de 2015 mostram, então, é uma reversão dos resultados fiscais em função da profunda mudança de rumo da política econômica neste segundo mandato presidencial. Predomina um retorno ao realismo tarifário e a eliminação de diversas fontes de despesas de compensação pelos estragos causados pelos controles de preços e de desonerações tributárias e previdenciárias. Além disso, o fator de maior impacto do controle das des-

pesas tem sido o gasto com investimento público, o que tende a ser uma solução de curto prazo, mas que poderá ter impacto negativo sobre a economia como um todo no médio e longo prazos.[4] A questão da rigidez do gasto público aparece de forma mais contundente em momentos de recessão e de queda de receitas recorrentes.

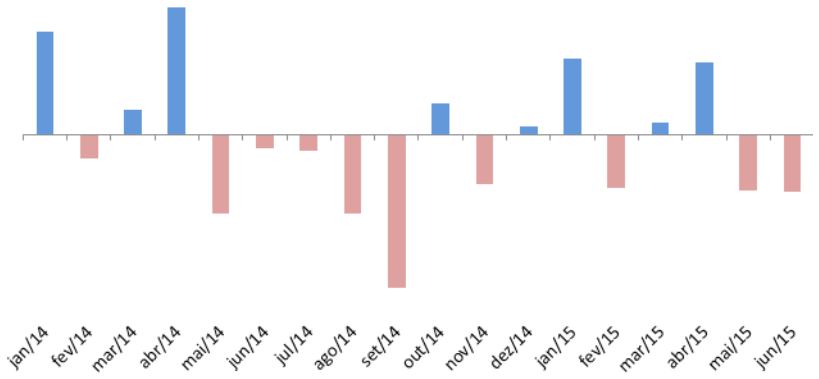
Há, ainda, uma parcela das despesas públicas que muitas vezes é atrasada ou passa de um ano para outro, os chamados **Restos a Pagar,** que tem representado um montante muito relevante das contas públicas nos últimos anos. Segundo o relatório do Tesouro, de junho de 2015, os **Restos a Pagar** efetivamente pagos no primeiro semestre de 2015 alcançaram R$ 17 bilhões, ainda existindo R$ 38 bilhões a serem pagos, ou seja, há uma enorme dívida com fornecedores, tornando os resultados oficiais parcialmente duvidosos – o resultado primário encobre a demora de pagamentos, em muitos casos devidos, o que sido apelidado de "pedaladas fiscais", quando o governo empurra para a frente suas despesas a fim de obter resultados fiscais mais favoráveis. O problema é que essa prática fiscal já foi descoberta e pode gerar sérios problemas para a aprovação das contas e de (in)credibilidade para a ação governamental.

Em vista do momento delicado pelo qual passa o governo federal no que diz respeito a seus resultados fiscais, e da necessidade de obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a reavaliação bimensal dos resultados e a readequação do gerenciamento das contas, houve a mudança na meta fiscal fixada para 2015, que passou de um superávit primário de R$ 55,3 bilhões (aproximadamente 1% do PIB) para R$ 5,8 bilhões (aproximadamente 0,10% do PIB). No caso de Estados e Municípios, para os quais havia uma meta indicativa de R$ 11 bilhões (0,2% do PIB), a meta foi reduzida para R$ 2,9 bilhões (0,05% do PIB), pois os mesmos problemas enfrentados pela União são também enfrentados por Estados e Municípios, ou seja, queda de receita pública e rigidez de gastos.

Então, a meta de superávit primário do governo consolidado, que inclui os três níveis de governo, caiu de 1,2% do PIB para o governo como um todo para 0,15% do PIB, e há sérias dúvidas sobre a capacidade de os governos atingirem essa meta. Os demais indicadores fiscais foram definidos em termos do PIB em -6,47% para o resultado nominal, dívida líquida de 36,3% e dívida bruta de 65,6%. A revisão das metas fiscais é um reposicionamento face às sérias dificuldades econômicas, mas também ainda há otimismo em relação ao futuro, com a expectativa de um ano de maior comprometimento fiscal em 2015, e a partir de 2016 de uma certa estabilidade (ver Tabela 1).

No entanto, do ponto de vista nominal, isto é, quando se incorpora na análise as informações relativas a receitas e despesas financeiras, o quadro comparativo é tenebroso. A partir de dados do Banco Central, no acumulado de janeiro a junho de 2014, a necessidade de financiamento do Governo Central era de R$ 78 bilhões. Já no acumulado de 2015 o valor saltou para R$ 199 bilhões, ou seja, a mudança na política monetária e cambial e o próprio gerenciamento da dívida acabaram colocando mais pressão sobre o financiamento público. É realmente um ajuste fiscal muito difícil, num contexto econômico e político complicadíssimo.

Gráfico 1 – Resultado Primário do Governo Central – Jan/2014-Jun/2015 – R$ Milhões



Fonte: Tesouro Nacional, Junho 2015.

Tabela 1 – Novas Metas Fiscais – Anexo IV à Lei n. 13.080, de 2 de janeiro de 2015

Variáveis (% PIB)	2015	2016	2017
Superávit primário	0,15	0,7	1,3
Previsão para reconhecimento de passivos	0,28	0,24	0,22
Dívida líquida com reconhecimento de passivos	36,6	38,0	38,6
Dívida bruta do governo geral	64,7	66,4	66,3
Resultado nominal	-6,47	-4,58	-3,23

Fonte: camara.gov.br.proposicoes-PLN 5/ 2015.

1 Informações provenientes do **Resultado do Tesouro Nacional, junho de 2015**. Brasília, Tesouro Nacional, 30 de julho de 2015.

2 CIDE é a sigla de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

3 Da redução em despesas de capital, R$ 11,5 bilhões referem-se à redução em despesas do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

4 Não se afirma aqui que o gasto com investimento é sempre bom e o de custeio não, como muitas vezes aparece no debate, pois efetivamente qualquer ação, e, portanto, gasto governamental, devem ser analisados a partir de seus custos e benefícios econômicos e sociais. A intenção é destacar a relativa rigidez do gasto público e a limitada governabilidade dos agentes públicos.

(*) Economista e doutora em Economia pelo IPE-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

Setor Externo: Ajuste, Versão a Economia Brasileira e o Resto do Mundo

Vera Martins da Silva (*)

As contas externas passam por um ajuste. Este, no entanto, é um processo de ajuste agudo e reflete o momento recessivo da economia brasileira. A Tabela 1 mostra as informações acumuladas do primeiro semestre de 2014 e de 2015. Inicialmente, chama a atenção a redução de US$ 11,7 bilhões no déficit de Transações Correntes. Isto, de fato é um bom sinal, já que a relação entre o déficit em Transações Correntes e o PIB estava, ao final de 2014, ao redor de 4,4%, um sinal amarelo quanto aos indicadores da economia brasileira. Contribuiu para o declínio desse déficit em Transações Correntes o resultado positivo na Balança Comercial, de US$ 1,1 bilhão no primeiro semestre de 2015 contra um déficit comercial de US $ 3,5 bilhões no mesmo período de 2014. O resultado positivo em comércio internacional ocorreu pela compressão tanto de exportações, queda de US$ 16 bilhões e, principalmente, pela queda de US$ 21 bilhões das importações, reflexo da redução da atividade econômica, o que implica redução de importação de insumos e bens de capital do exterior.

No que diz respeito às exportações, houve queda em função da redução de preços dos principais produtos exportados pelo Brasil, uma vez que as quantidades exportadas continuam em crescimento. O Gráfico 1 mostra a evolução do índice de quantidade e de valor, em dólares americanos, das exportações, com base em dezembro de 2000. Os valores exportados aumentaram tanto em função de quantidade, mas principalmente pelo aumento dos preços entre 2002 e 2011. A partir de 2011, apesar do aumento da quantidade, o valor perdeu o ritmo de crescimento, o chamado fim do ciclo de alta das commodities. A partir de 2014, essa redução do valor exportado, mesmo na presença de aumento de quantidade, foi se acentuando.

O saldo positivo em Balança Comercial neste primeiro semestre de 2015 é, portanto, fruto do ajuste severo promovido pela política econômica aliado ao momento do mercado internacional, no qual a redução de atividade na China e a ainda relativa moderação na retomada da atividade nos países de maior expressão econômica geram redução dos preços das commodities exportadas pelo Brasil. Isto significa que se a economia doméstica retomar o crescimento, o superávit comercial obtido nestes últimos meses poderá se dissolver.

A Tabela 1 mostra também que, pelo lado dos serviços, houve uma redução das despesas externas com o item viagens, de US$ 1,9 bilhões, e de Transportes, de cerca de US$ 1 bilhão. No que diz respeito à renda primária, anteriormente denominada renda dos fatores de produção, o maior destaque foi a redução de US$ 5,5 bilhões da remessa de lucros e dividendos ao exterior, o que tanto decorre da própria redução dos montantes de lucros gerados internamente como do aumento da taxa de câmbio, o que desincentiva o envio de recursos das empresas a suas matrizes no exterior. Cabe também lembrar que o pior da crise econômica já passou nos países centrais da economia mundial, de modo que o uso do aporte de recursos de suas filiais pelo mundo para os países de origem já não é tão relevante como no passado recente, no auge da crise internacional. Ainda dentro da conta de renda primária, o pagamento de juros e de salários ficou relativamente estável no período, o que não elimina o fato de que a despesa com pagamentos de juros ao exterior é ainda uma parcela

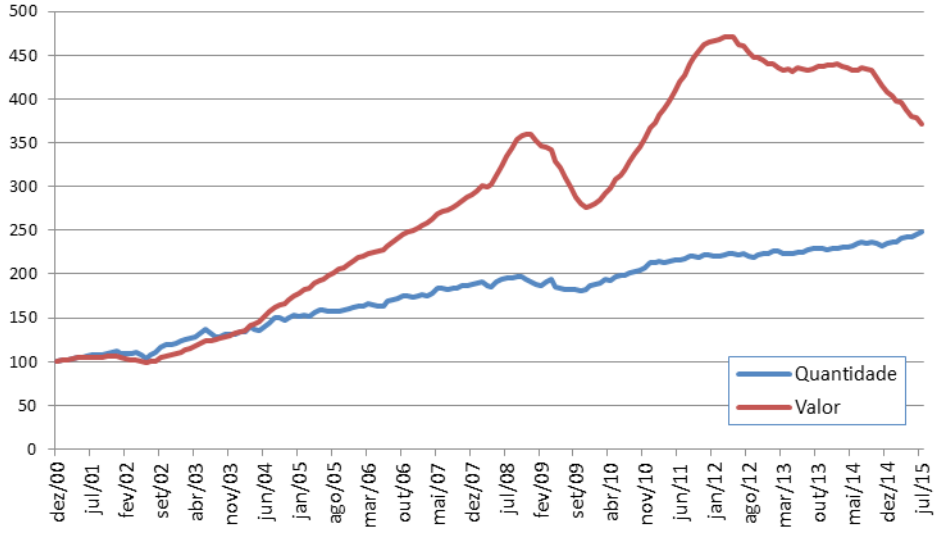
significativa da despesa corrente, em torno de US$ 10 bilhões no primeiro semestre desses anos de 2014 e 2015.

Mesmo com a melhora no resultado em Transações Correntes, seu resultado negativo de US$ 38,3 bilhões não chegou a ser totalmente coberto pelo resultado da conta financeira do primeiro semestre de 2015: esta última apresentou uma entrada de US$ 37 bilhões. Houve queda de Investimento Direto no País de US$ 15 bilhões e redução de Empréstimos e Títulos de Longo Prazo negociados no exterior de US$ 17 bilhões.

No caso dos empréstimos, apesar de ter havido ingresso de US$ 5,7 bilhões nos períodos em análise, as amortizações chegaram a US$ 22,6 bilhões. No caso de pagamentos por empréstimos passados, nem mesmo a depreciação cambial conseguiu segurar os pagamentos ao exterior. Contudo, deve ser ressaltado que isto nada mais é do que a própria modificação do padrão de financiamento externo da economia brasileira, que desde o ano de 2013 passou a contar mais com fluxos crescentes de empréstimos e menos com investimentos diretos. Além disso, a maior parte desses empréstimos são realizados pelas diversas unidades de empresas multinacionais, que aproveitam as condições de financiamento nos diversos mercados em que operam. Então, a remessa de lucros ao exterior pode até ceder, mas os pagamentos por empréstimos no exterior não.

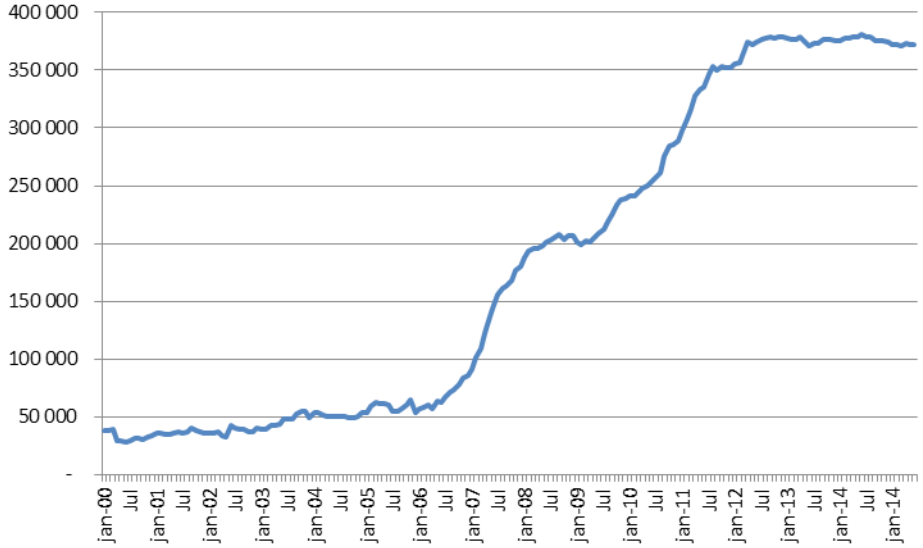
Os resultados semestrais do Balanço de Pagamentos levaram à redução de ativos das reservas, de cerca de US$ 3,3 bilhões, o que é ainda muito pouco para causar estresse sobre as reservas brasileiras. Estas foram calculadas em US$ 372 bilhões em junho de 2015, o que corresponde a cerca de 22 meses de importações ou dez meses do saldo de Transações Correntes. Isto significa que mesmo se houvesse uma parada total da entrada de recursos externos no País, ainda assim teríamos pelo menos um ano para usar as reservas para equacionar o desequilíbrio externo. O Gráfico 2 mostra a evolução do saldo mensal das reservas brasileiras, segundo o Banco Central, destacando-se que a fase em que houve seu maior crescimento foi entre 2007 e 2012, período do auge da crise internacional e da política monetária americana de aumento significativo da liquidez, parte da qual veio aportar no Brasil. A partir de 2013, houve um resfriamento dessa política monetária americana, o que, aliado ao decréscimo dos preços das commodities, resultou na estabilização do volume de reservas brasileiras. O esperado aumento das taxas de juros nos Estados Unidos deve impactar a direção dos recursos financeiros internacionais e, com isso, também o câmbio no Brasil em termos de redução do volume de reservas e aumento da taxa de câmbio em relação ao dólar americano. O Gráfico 3 mostra a evolução da taxa em relação ao dólar americano, um preço sempre sujeito a incertezas e especulação.

Gráfico 1 – Índice de Quantidade e Valor das Exportações Brasileiras – Dez/2000-Jul/2015 – Dez 2000=100



Fonte dos dados: SGS, Bacen.

Gráfico 2 – Posição Mensal das Reservas – Jan/2000 A Jun/2015



Fonte: Bacen (US$ milhões).

Gráfico 3 – Taxa de Câmbio – Dólar Americano (Venda) – Fim de Período – Mensal – R$/US$

Fonte: Bacen.

Tabela 1 – Balanço de Pagamentos – Jan-Jun 2014/2015 – US$ Milhões

	Primeiro semestre 2014	Primeiro semestre 2015	Variação
Transações correntes	**- 49 972**	**- 38 282**	**11 690**
Balança comercial	**- 3 547**	**1 143**	**4 690**
Exportações	110 286	94 158	- 16 128
Importações	113 833	93 016	- 20 817
Serviços	**- 22 725**	**- 20 554**	**2 171**
Viagens	- 8 859	- 6 996	1 863
Transportes	- 4 523	- 3 566	957
Aluguel de equipamentos	- 10 244	- 11 070	- 826
Demais serviços	901	1 079	178
Renda primária	**- 24 526**	**- 19 792**	**4 734**
Salários	180	187	7
Juros	- 9 735	- 10 497	- 762
Lucros e dividendos	- 14 971	- 9 482	5 489
Renda secundária	827	921	95
Conta capital	**101**	**128**	**28**
Conta financeira	**- 46 192**	**- 36 694**	**9 498**
Investimentos – ativos	43 122	24 049	- 19 073
Investimento direto no exterior	17 115	11 274	- 5 841
Ativos de bancos	1 805	29	- 1 775
Demais ativos	24 202	12 746	- 11 456
Investimentos – passivos	101 036	71 206	- 29 830
Investimento direto no país	45 901	30 918	- 14 983
Ações totais	9 039	10 810	1 771
Títulos negociados no mercado doméstico	20 895	21 000	106
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	13 806	- 3 137	- 16 943
Ingressos	36 385	42 137	5 752
Títulos públicos	1 376	-	- 1 376
Títulos privados	6 821	4 040	- 2 781
Empréstimos diretos	20 828	30 715	9 888
Demais empréstimos	7 360	7 382	22
Amortizações	22 579	45 273	22 695
Títulos públicos	751	1 841	1 090
Títulos privados	4 601	7 224	2 623
Empréstimos diretos	9 832	28 437	18 605
Demais empréstimos	7 394	7 772	378
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	9 282	- 785	- 10 068
Demais passivos	2 113	12 399	10 286
Derivativos	- 302	1 751	2 053
Ativos de reserva	12 024	8 713	- 3 311
Erros e omissões	3 679	1 460	- 2 219

Fonte: Bacen, *site* do Bacen, acesso em 10/08/2015.

(*) Economista e doutora pelo IPE-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada

Tendências Advindas do Padrão de Exportações do Brasil: Menor Complexidade e Heterogeneidade Estrutural

Cristina Fróes de Borja Reis (*)

No número anterior deste Boletim, apresentou-se que em 2013 o Brasil era a 51ª economia exportadora mais complexa, tendo sido a 40ª em 2005, de acordo com o dados do Observatório de Complexidade Econômica (Massachusetts Institute of Technology). Como muitos analistas vêm apontando, isso se deve essencialmente à perda de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros e à resposta aos incentivos por parte dos mercados demandantes de alimentos e matérias-primas.

Teoricamente, a complexidade econômica é maior quanto menos ubíquos e mais diversificados os produtos exportados – examinando-se diversificação pela quantidade de produtos exportados por um país e a ubiquidade pela quantidade de países que exportam cada produto (HIDALGO; HAUSMANN, 2009). Assim, considerando a ubiquidade e a diversificação, o ranking dos bens mais complexos em 2012 foi liberado por bens da indústria química (material de desenvolvimento de exposição fotográfica, halides e filmes fotográficos), instrumentos médicos, óticos e de precisão (equipamento de laboratório fotográfico, LCDs, microscópios não óticos, gás e de fluxo líquido, Instrumentos de Medição, equipamentos de raio-x e microscópios), máquinas e equipamentos (máquinas têxteis artificiais, máquinas de acabamento de metais, máquinas de trabalhar com vidro) e metais (placas de ferramenta, lâminas de corte, zircônio). Já as economias exportadoras mais complexas no mesmo ano eram: Japão, Suíça, Alemanha, Suécia, Coreia do Sul, República Checa, Finlândia, Reino Unido, Áustria e Cingapura.

A complexidade é desejável já que implica uma estrutura produtiva mais intensiva em conhecimento e tecnologia, o que eleva a produtividade e o nível de salários do setor exportador, com efeitos de transbordamento para o restante da economia. De acordo com os estudos do Observatório, quanto mais complexas as exportações dos países, menor a desigualdade. Como a complexidade está essencialmente associada à indústria de transformação, os rumos da industrialização são cruciais. Portanto, os rumos das transações em balan-

ça comercial também são. Tal como defende Medeiros (2015), as exportações são uma fonte autônoma de demanda agregada e de recursos para o pagamento das importações e de outros pagamentos externos. Ambas as dimensões são essenciais na medida em que a última tem a ver com a capacidade de aliviar e afastar a restrição externa ao crescimento, e a segunda por conta de sua influência sobre a estrutura produtiva – já que o tipo de produto exportado e sua respectiva elasticidade-renda da demanda das exportações determinam a taxa de crescimento das exportações e, portanto, do produto. Neste aspecto, as experiências de aceleração do desenvolvimento econômico e social contemporâneas estão associadas a padrões de inserção externa cuja mudança estrutural engendra dinâmicas de longo prazo de elevação do emprego, da renda e melhoria da distribuição na economia interna como um todo. Embora não exista uma regra geral, na maioria dos casos esses padrões estiveram associados à elevação da complexidade do conteúdo exportado – tal como nos casos do Japão, Coreia do Sul, Tigres asiáticos e, mais recentemente, China (REIS, 2013).

Em países de grande porte e de realidades regionais internas contrastantes, as dinâmicas de inserção externa são, em boa medida, uma foto ampliada que registra o que acontece nos polos de atividade econômica mais expressivos. Nesse sentido, analisar a complexidade do padrão de comércio exterior do Brasil é um exercício generalizante que aglutina realidades regionais e locais bastante diferentes. Logo, faz-se bastante complicada a análise das possibilidades de desenvolvimento considerando as conexões entre o grau de complexidade das exportações e a produção, emprego, salários, educação e qualidade de vida de cada uma dessas realidades regionais. Daí o mérito de iniciativas como a do DataViva, que se afirma "uma ferramenta de visualização que disponibiliza dados oficiais[1] sobre exportações, atividades econômicas, localidades e ocupações de todo o Brasil", constituída por uma parceria entre o Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo de Minas Gerais e uma consultoria internacional.

De acordo com o DataViva, as principais mesorregiões exportadoras em 2014 foram as áreas metropolitanas de São Paulo (U$ 24,3 bilhões), Belo Horizonte (U$ 16,3 bilhões) e Rio de Janeiro (U$15,5 bilhões), seguidas por Central Espírito-Santense (U$ 10,7 bilhões) e Sudeste Paraense (U$ 10,1 bilhões). Já na classificação por complexidade econômica, tem-se novamente a região metropolitana de São Paulo como líder, mas seguida por outras: Campinas, Macro metropolitana paulista,[2] Vale do Paraíba paulista e região metropolitana do Rio de Janeiro. Como se sabe, a região metropolitana paulistana é também a maior concentradora de população, produção, emprego e rendimentos totais do País – com renda média mensal de R$ 2600 em 2013. Devido ao seu perfil de produção e consumo, é importadora líquida desde 2009. Possui um perfil exportador parecido, porém menos concentrado, com o do País – apoiado, principalmente, em produtos de origem vegetal (destacando soja, café e milho) e gêneros alimentícios (açúcar in natura, álcool etílico). Porém, os setores exportadores principais não são expressivos na geração de empregos. Dentre os gêneros industriais, o destaque são bens de transporte (peças para veículos, carros, caminhões, tratores) e máquinas (peças para motores). Importa manufaturados, especialmente máquinas (telefones e impressoras industriais) e químicos (medicamentos embalados e soros e vacinas).

No *ranking* nacional, os 10 produtos mais complexos são Material Fotográfico Exposto e Revelado, Equipamentos de Laboratório Fotográfico, Vidro Soprado, Maquinários para Têxteis Artificiais, Dispositivos de Cristal Líquido, Tubos de Níquel, Outros Microscópios, Máquinas de Acabamento em Metais, Haletos e Plaquetas para Ferramentas, que em 2014 somaram U$ 74,1 milhões, ou seja, uma parcela negligenciável das exportações totais de U$ 300 bilhões, segundo o DataViva. Pertencem às indústrias de químicos, instrumentos, máquinas, metais e pedra e vidro, que pelas exportações de outros importantes produtos representaram cerca de

15% do total exportado pelo Brasil. Por sua vez, os produtos mais exportados em termos de valor pelo País em 2014 foram Minério de Ferro, Soja, Petróleo Cru, Açúcar in Natura, Carne de Aves, Farelo de Soja, Café, Carne Bovina Congelada, Pastas Químicas de Madeira à Soda ou Sulfato e Milho, que somados representaram cerca de 34% do total exportado naquele ano – ou seja, gêneros de origem vegetal, gêneros alimentícios, produtos minerais, produtos de origem animal e artigos de papel.

Contrastando-se o emprego e a renda das seções industriais que produzem esses produtos exportados, embora a produção para exportação tenha peso relativo muito menor no grupo de bens mais complexos, tem-se pelo menos três tendências aparentes. Primeiro, de que a renda média mensal das indústrias mais complexas no País não é muito superior à renda média mensal do Brasil – de R$ 2072 em 2013. Notadamente, em material fotográfico exposto e revelado, ainda está bem abaixo devido a uma série de serviços menos especializados incluídos nesta seção. A segunda tendência é de que o emprego nessas indústrias complexas, ainda que não seja composto por posições voltadas à atividade exportadora – e sim para o mercado interno – é alto e inclui mais de 60 mil pessoas. Isso sinaliza não somente a prévia existência, mas também uma estrutura significativa de empresas e trabalhadores que poderiam ser potencializados para a sofisticação das suas atividades. Em terceiro lugar, os dados sugerem que entre as indústrias exportadoras mais expressivas do País, as extrativas geram uma renda média mensal bastante acima da média mensal das outras atividades do Brasil – como petróleo cru (R$ 14mil) e minério de ferro (cerca de R$ 4,4mil). Esse fato se deve à alta intensidade de capital dessas indústrias relativamente ao trabalho, ainda que sejam responsáveis direta e indiretamente pela geração de milhares de empregos (cerca de 100 mil, somente considerando-se extração de petróleo e minério de ferro e a fabricação de outros produtos inorgânicos). Por outro lado, a renda média do emprego nas atividades agropecuárias – soja, açúcar e carne – está muito abaixo do outro grupo de bens e da renda média nacional.

Tabela 1 – Emprego e Renda Média Mensal das Atividades Relacionadas aos Cinco Produtos Mais Exportados e aos Cinco Mais Complexos do Brasil, 2014

Produto	Indústria	Emprego (2013)	Renda Média Mensal (R$, 2013)
Exportações mais complexas			
Material Fotográfico Exposto e Revelado	Atividades Fotográficas e Similares	18700	1192
Equipamentos de Laboratório Fotográfico	Fabricação de Equipamentos e Instrumentos Ópticos (2013)	3120	2058
Vidro soprado	Fabricação de Vidro Plano	20000	2325
Maquinários para Têxteis Artificiais	Fabricação de Máquinas para a Indústria Têxtil	2750	2630
Dispositivos de cristal líquido	Fabricação de Equipamentos e Instrumentos Ópticos	16700	2057
Exportações de maior valor			
Minério de Ferro	Extração de minério de ferro	56000	4700
	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos	7680	4273
Soja	Cultivo de soja	112000	1590
Petróleo Cru	Extração de petróleo e gás	34000	14300
Açúcar in natura	Fabricação de Açúcar em Bruto	318000	1820
	Fabricação de Açúcar refinado	8650	1560
Carne de aves	Criação de aves	108000	1203

Fonte: DataViva.

É claro que esse levantamento é muito preliminar para inferir conclusões definitivas, mas as tendências levantadas sugerem que no Brasil ainda prevalece uma heterogeneidade estrutural significativa, de forma que se configura um setor minério exportador de alta produtividade e altos salários, em contraposição a outros setores exportadores e não exportadores de baixo salário. Mais além, o movimento de reprimarização da pauta exportadora desde os anos 2000 acentuou a heterogeneidade estrutural, tendo como contraface a menor complexidade das exportações. A forma mais utilizada de induzir efeitos de transbordamento e de encadeamento para os demais setores da economia, na tentativa de diversificação e sofisticação tecnológica, têm sido os mecanismos de compra das estatais – com destaque para a Petrobras. Porém, à medida que a empresa, o investimento público das estatais e da administração pública em geral e suas instituições de incentivo à inversão em atividade produtiva são desarticulados e/ ou eliminados, essas possibilidades vão ficando cada vez mais remotos.

Assim, a perda de complexidade das exportações e os seus por enquanto reduzidos efeitos em termos de geração de renda e emprego, em um quadro de grandes desigualdades regionais em relação a porte e sofisticação dos setores exportadores, preocupa por sinalizar defasagens para a matriz produtiva brasileira. Como consequências principais, conforme argumentado, vislumbram-se déficits comerciais que asseveram a restrição externa e comprometem o financiamento do desenvolvimento; e a perda de potencial de crescimento no médio e longo prazo – à medida que a demanda for prejudicada, tanto em termos externos quanto internos, considerando que a especialização menos complexa implica uma dinâmica mais fraca de emprego e renda.

Referências

DATAVIVA. Disponível em:< http://pt.dataviva.info/>

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.

MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira.* Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

OBSERVATÓRIO DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/>

REIS, C. F. B. *Recursos naturais e desenvolvimento econômico: da especialização à diversificação produtiva e exportadora nos SEANICs*. Tese (Doutorado) em Economia da Indústria e da Tecnologia. Prof. Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros. Instituto de Economia Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), 2013.

1 "As bases de dados foram disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O DataViva apresenta dados relativos à exportação de 1.256 produtos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC) e as 865 ocupações em 427 atividades econômicas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE)", de acordo com o site do DataViva.

2 Região de aproximadamente 2,7 bilhões de habitantes, inclui cidades como Itu, Bragança, Sorocaba, Jundiaí, Louveira e São Roque.

(*) Bacharel em Ciências Econômicas pela FEA-USP, mestre e doutora em Economia pelo IE-UFRJ, professora dos Bacharelados de Economia e de Relações Internacionais da UFABC, coordenadora do Grupo de Pesquisas de Cadeias Globais de Valor da UFABC.

Artigo realizado com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do ABC através do Edital Recém -doutor n°. 01/2014.

(E-mail: cristina.reis@ufabc.edu.br).

Atualização dos Pesos do IPC-Fipe com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares da Fipe (2011-2013)

André Luis Squarize Chagas (*)
Moacir Mokem Yabiku (**)
Marcelo Henrique Pereira (***)
Jackson Rosalino (****)

1 Introdução

No mês de julho de 2015, a Fipe atualizou a estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe). A ponderação anterior tinha como base a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada entre novembro de 2008 até outubro de 2010, ao passo que a nova engloba o período de maio de 2011 até abril de 2013.

A POF é uma pesquisa que apura junto às famílias a estrutura de consumo e de gastos da renda ao longo de um período de tempo. Além de fornecer um panorama sobre o consumo das famílias, os dados da POF servem de subsídio para compor a estrutura de ponderação de um sistema de índice de preços ao consumidor. A revisão periódica na estrutura de ponderação tem como objetivo captar mudanças nos hábitos de consumo das famílias que integram a população-alvo do índice e, desta forma, proporcionar melhor acurácia do mesmo. Para manter este padrão de excelência, a Fipe tem procurado realizar POFs de forma contínua. No período em que o cálculo do IPC do município de São Paulo passa à responsabilidade da Fipe foram realizadas seis POFs. Pela primeira vez, houve um esforço adicional para efetuar a atualização em um período inferior a dez anos, justamente para refletir o máximo possível esta variação nos hábitos de consumo.

Esta nota técnica detalha as principais mudanças identificadas entre a POF anteriormente empregada para o cálculo do IPC-Fipe e a nova estrutura de gastos das famílias do município de São Paulo, considerando os grandes grupos de produtos. Este texto se organiza da seguinte forma: na seção 1, analisam-se aspectos gerais da amostra; na seção 2, apresenta-se uma análise das alterações nas ponderações; na seção 3, é analisada a evolução dos pesos dos grupos ao longo das POFs realizadas no município de São Paulo e a seção 4 apresenta as conclusões.

2 Estatísticas Descritivas da POF 2011/2013

Entre o período de maio de 2011 até abril de 2013, foram entrevistados 1.707 domicílios na POF. Nas Tabelas 1 e 2, observam-se estatísticas básicas referentes à renda domiciliar e quantidade de moradores por domicílio, respectivamente. A renda média é de R$ 4.090, ao passo que a mediana é R$ 2.778. Estes valores, atualizados para junho de 2015, correspondem a R$ 4.915 e R$ 3.338, respectivamente. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade da distribuição de renda, é igual a 0,46. Cabe observar que os valores do coeficiente variam entre 0 (completa igualdade) e 1 (completa desigualdade). Com relação à quantidade de moradores por domicílio, nota-se que os valores médio e mediano são de 2,92 e 3,00 (nesta ordem).

Para a amostra do IPC foram entrevistados 1.369 domicílios. Deve-se lembrar de que esta amostra se limita a domicílios com renda entre 1 e 10 salários mínimos, perfil de renda considerado para o cálculo do IPC. A renda domiciliar nominal média é R$ 2.595, enquanto a mediana é R$ 2.400 (esses valores, atualizados para o mês de julho de 2015, correspondem a R$ 3.118 e 2.884, respectivamente). No que

tange ao total de moradores, foram levantadas as informações para 3.891 pessoas, o que resulta em uma média de 2,84 moradores por domicílio, contra 3,13 da POF anterior. Ademais, nota-se, também, que 75% dos domicílios têm no máximo quatro moradores.

Na Tabela 3, reporta-se a distribuição dos domicílios por faixa de renda. Observa-se a predominância das faixas de renda entre 2 e 6 salários mínimos. Também é interessante analisar o histograma da renda domiciliar, onde se observa uma distribuição claramente assimétrica.

Tabela 1 – Estatísticas da Renda Domiciliar

Estatísticas da renda domiciliar	Renda domiciliar em salários mínimos			
	Menos de 1	1 a 10	Mais de 10	Total
Quantidade de domicílios	34	1.369	304	1.707
Média	429	2.595	11.232	4.090
Desvio Padrão	126	1.311	7.858	4.847
Mínimo	188	545	5.453	188
Máximo	600	6.723	70.000	70.000
Percentil – 25%	323	1.538	7.060	1.650
Percentil – 50%	474	2.400	9.000	2.778
Percentil – 75%	538	3.472	12.123	4.681
Coeficiente de Gini	-	-	-	0,46

Fonte: POF, FIPE.

Tabela 2– Estatísticas da Quantidade de Moradores por Domicílio

Estatísticas da quantidade de moradores por domicílio	Renda domiciliar em salários mínimos			
	Menos de 1	1 a 10	Mais de 10	Total
Quantidade de domicílios	34	1.369	304	1.707
Média	2,41	2,84	3,35	2,92
Desvio Padrão	1,56	1,55	1,51	1,56
Mínimo	1,00	1,00	1,00	1,00
Máximo	7,00	12,00	11,00	12,00
Percentil – 25%	1,00	2,00	2,00	2,00
Percentil – 50%	2,00	3,00	3,00	3,00
Percentil – 75%	3,00	4,00	4,00	4,00

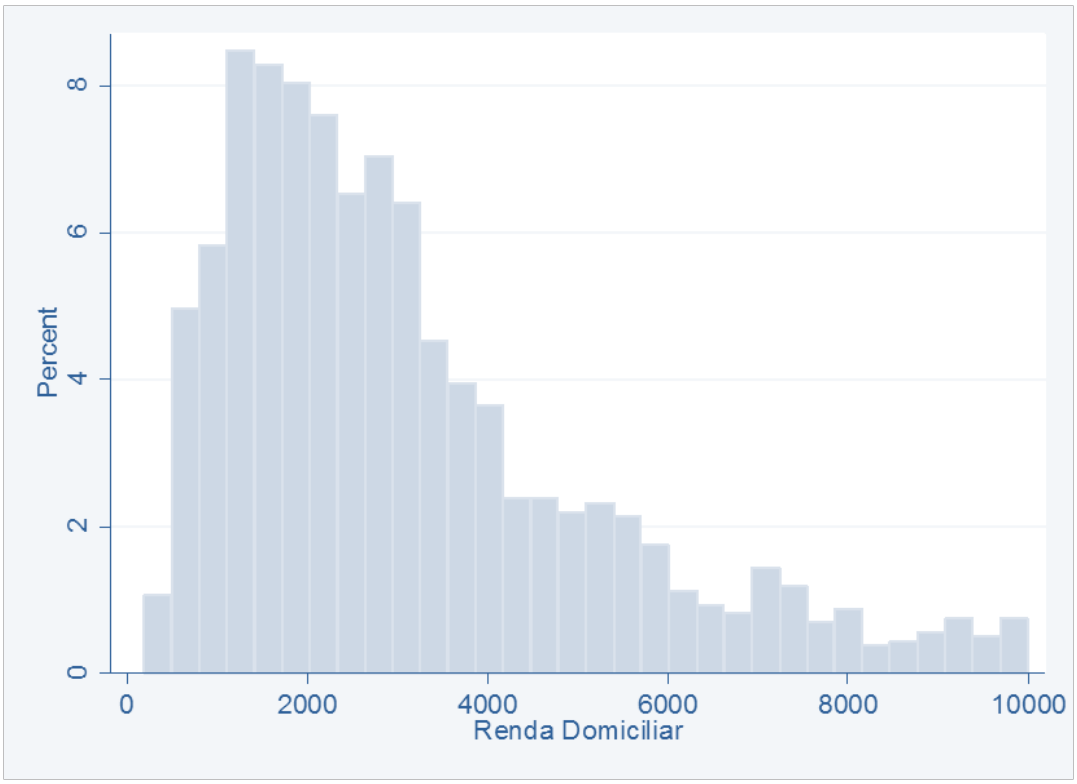
Fonte: POF, FIPE.

Tabela 3 – Distribuição dos Domicílios por Faixa de Renda em Salários Mínimos

Grupo de renda domiciliar	Total de domicílios	%
Renda < 1	34	2,0%
1 ≤ Renda < 2	168	9,8%
2 ≤ Renda < 3	262	15,3%
3 ≤ Renda < 4	237	13,9%
4 ≤ Renda < 5	191	11,2%
5 ≤ Renda < 6	180	10,5%
6 ≤ Renda < 7	130	7,6%
7 ≤ Renda < 8	79	4,6%
8 ≤ Renda < 9	66	3,9%
9 ≤ Renda < 10	56	3,3%
10 ≤ Renda <15	151	8,8%
15 ≤ Renda <30	120	7,0%
Renda ≥ 30	33	1,9%

Fonte: POF, FIPE.

Figura 1 – Histograma da Distribuição de Renda das Famílias da POF



Fonte: POF, FIPE.

A Tabela 4 reporta a distribuição etária das pessoas. Observa-se que 25,3% da amostra possui idade entre 30 e 49 anos. Também convém destacar a importância das pessoas com 60 anos ou mais, que representam 18,4% da amostra. Este resultado pode ser explicado pelo aumento da expectativa de vida, que por sua vez é fruto da melhoria das condições sociais.

Quando se limita à amostra IPC (1 a 10 salários mínimos), percebe-se a relevância da faixa de idade acima de 50 anos, mais especificamente aqueles que estão com 60 anos ou mais (17,5% da amostra). Outra característica importante é o grupo etário com até 9 anos de idade (13,8% da amostra).

Na Tabela 5, tem-se a distribuição etária dos responsáveis (chefes) pelo domicílio. Pode-se constatar que a maior parte dos chefes possui idade igual ou superior a 60 anos (35,6%), ao passo que 32,1% têm entre 30 e 49 anos e 23% têm entre 50 e 59 anos. Quando se restringe à amostra IPC (1 a 10 salários mínimos), observa-se da mesma forma a predominância do grupo etário com 50 anos ou mais (mais da metade da amostra).

Na Tabela 6, tem-se a distribuição dos membros das famílias e dos chefes por gênero, respectivamente. Observa-se a predominância das mulheres (54,9%) quando se utiliza toda a amostra. Quando se restringe aos chefes do domicílio, a relação se inverte, ou seja, quase 63% são homens. O mesmo padrão é observado na amostra do IPC (1 a 10 salários mínimos).

Tabela 4 – Distribuição Etária da Amostra

Total de pessoas por faixa etária	Renda domiciliar em salários mínimos							
	Menos de 1		1 a 10		Mais de 10		Total	
Faixa Etária	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**
0 a 4 anos	5	6,1%	267	6,9%	34	3,3%	306	6,1%
5 a 9 anos	13	15,9%	269	6,9%	37	3,6%	319	6,4%
10 a 14 anos	11	13,4%	333	8,6%	34	3,3%	378	7,6%
15 a 19 anos	6	7,3%	265	6,8%	65	6,4%	336	6,7%
20 a 24 anos	8	9,8%	279	7,2%	84	8,2%	371	7,4%
25 a 29 anos	5	6,1%	303	7,8%	105	10,3%	413	8,3%
30 a 49 anos	16	19,5%	986	25,3%	263	25,8%	1.265	25,3%
50 a 59 anos	9	11,0%	510	13,1%	168	16,5%	687	13,8%
60 ou mais	9	11,0%	679	17,5%	229	22,5%	917	18,4%
Total	82	100,0%	3.891	100,0%	1.019	100,0%	4.992	100,0%

Fonte: POF, FIPE.

Tabela 5 – Distribuição Etária dos Responsáveis pelo Domicílio

Total de responsáveis por faixa etária	Renda domiciliar em salários mínimos							
	Menos de 1		1 a 10		Mais de 10		Total	
Faixa Etária	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**
0 a 4 anos	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
5 a 9 anos	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
10 a 14 anos	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
15 a 19 anos	0	0,0%	3	0,2%	0	0,0%	3	0,2%
20 a 24 anos	2	5,9%	38	2,8%	1	0,3%	41	2,4%
25 a 29 anos	3	8,8%	102	7,5%	9	3,0%	114	6,7%
30 a 49 anos	14	41,2%	459	33,5%	75	24,7%	548	32,1%
50 a 59 anos	7	20,6%	305	22,3%	81	26,6%	393	23,0%
60 ou mais	8	23,5%	462	33,7%	138	45,4%	608	35,6%
Total	34	100,0%	1.369	100,0%	304	100,0%	1.707	100,0%

Fonte: POF, FIPE.

Tabela 6 – Distribuição por Gênero da Amostra

Gênero	Renda domiciliar em salários mínimos			
	Menos de 1	1 a 10	Mais de 10	Total
Todos os moradores				
Masculino	35.4%	44.4%	48.3%	45.1%
Feminino	64.6%	55.6%	51.7%	54.9%
Responsáveis pelo domicílio				
Masculino	38.2%	60.5%	76.3%	62.9%
Feminino	61.8%	39.5%	23.7%	37.1%

Fonte: POF, FIPE.

Na Tabela 7, reporta-se o grau de escolaridade dos chefes do domicílio. Convém destacar que pouco mais de 28% têm ensino fundamental incompleto, enquanto quase 26% apresentam ensino médio completo. Apenas 15,6% possuem ensino superior ou mais. Já para a amostra IPC (1 a 10 salários mínimos), constata-se que 3,8% dos chefes do domicílio não apresentam qualquer grau de instrução, ao passo que quase 44% possuem 1º grau completo ou incompleto. Apenas 13,9% dos responsáveis possuem ensino superior completo ou incompleto.

Por fim, a última análise diz respeito à presença de crianças no domicílio. Para fins dessa análise, considera-se criança a pessoa que possui idade inferior a 14 anos de idade. A maior parte dos domicílios (65,7%) não tem crianças, quase 30% têm até duas crianças, e apenas 4,7% têm três ou mais crianças (Tabela 8). Na amostra IPC (1 a 10 salários mínimos) constata-se que 63,5% dos domicílios não possuem crianças; 21% têm apenas uma criança e 10,4% possuem duas crianças. Apenas 5,1% possuem três ou mais.

Tabela 7 – Escolaridade do Responsável pelo Domicílio

Escolaridade	Renda domiciliar em salários mínimos			
	Menos de 1	1 a 10	Mais de 10	Total
00 - Sem Instrução	11,8%	3,8%	0,7%	3,4%
01 - Educação Infantil	2,9%	1,7%	0,0%	1,4%
02 - Fundamental ou 1º Grau Incompleto	47,1%	31,8%	10,5%	28,3%
03 - Fundamental ou 1º Grau Completo	8,8%	12,1%	7,9%	11,3%
04 - Médio ou 2º Grau Incompleto	5,9%	7,8%	3,9%	7,1%
05 - Médio ou 2º Grau Completo	17,6%	27,4%	19,1%	25,7%
06 - Superior Incompleto	5,9%	4,5%	11,2%	5,7%
07 - Superior ou mais	0,0%	9,4%	45,1%	15,6%
08 - Não Declarou/Não Sabe	0,0%	1,5%	1,6%	1,5%

Fonte: POF, FIPE.

Tabela 8 – Distribuição dos Domicílios com Relação ao Total de Crianças

Total de crianças	Renda domiciliar em salários mínimos			
	Menos de 1	1 a 10	Mais de 10	Total
0	55,9%	63,5%	76,6%	65,7%
1	23,5%	21,0%	16,1%	20,2%
2	5,9%	10,4%	5,6%	9,4%
3	14,7%	3,1%	1,3%	3,0%
4	0,0%	1,3%	0,3%	1,1%
5	0,0%	0,5%	0,0%	0,4%
6	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%

Fonte: POF, FIPE

3 Análise e Comparação da Estrutura Atual de Ponderação do IPC-Fipe

Nesta seção, serão descritas as principais alterações ocorridas na estrutura de ponderação do IPC em relação à POF anterior. Inicialmente, devem ser destacadas as alterações do número de subitens coletados. Na estrutura anterior havia um total de 468 produtos, ao passo que a atual integra 463 produtos. Esta variação decorre da exclusão de 16 subitens (ou produtos) e da inclusão de 11 outros, perfazendo o valor acima mencionado (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Relação de Produtos Excluídos e Incluídos - IPC (Jul/2015)

Excluídos	Incluídos
Cal	Lustra-móveis
Limpa-limo	Sabão líquido
Batedeira	Apartamento 3 dormitórios
Apresuntado	Chapinha/Prancha de cabelo
Baguete	Coco ralado
Polpa de tomate	Aveia
Locação de DVD	Fubá
Parque de diversão	Óleo de girassol
Clube	Esteticista
Jogos eletrônicos (lan-house)	Preservativo
Fotógrafo	Água oxigenada
Radioclínica	
Emplastro	
Soro fisiológico	
Fichário	
Xérox (fins escolares)	

Em alguns produtos, a inclusão ou exclusão deve-se a fatores óbvios, como por exemplo, locação de DVD, Clube e Lan-House, em função da evolução tecnológica, que tornou obsoletos muitos destes produtos, ou da evolução do conceito de residência, como os novos condomínios, que passaram a incorporar áreas de lazer similares aos clubes. A elevação da renda real no período também permitiu mais acesso a serviços como academia, TV a cabo ou por satélite, bem como provedor para internet, ou a junção destes, em produtos denominados "combo" (que inclui também o serviço de telefonia).

No que se refere a subitens que apresentaram ganho de peso (Tabela 10), destacam-se: refeição, lanche, telefone celular (conta/recarga), aluguel de casa ou apartamento de um dormitório, aluguel de apartamento de dois dormitórios, condomínio, gasolina, integração (ou seja, serviço que disponibiliza a realização da viagem em metrô e ônibus sem pagar o valor integral do uso de ambos), cabeleireiro feminino/manicure, academia de ginástica, combo (TV mais internet e telefone), TV a cabo e por satélite.

A alteração do peso de um produto no índice depende da dinâmica de dois fatores: demanda e preço. Estas duas variáveis em conjunto é que vão dizer se o peso do item sobe ou cai.

A fim de se obter um panorama mais geral, comparou-se a variação dentro dos subgrupos e itens (Tabela 10). Novamente, daqueles que apresentaram elevação em sua participação destacam-se: alimentação fora do domicílio, produtos in natura, aluguel, produtos semielaborados (por exemplo, carnes bovinas, suínas, pescados, leite e cereais), roupa feminina, serviços pessoais, fumo e bebidas, recreação, calçados e acessórios de vestuário e serviços de comunicações.

Entre os subitens com queda de participação, têm-se: automóvel usado e novo, licenciamento, ônibus, seguro de veículo, telefone fixo (conta), ensino superior, energia elétrica, televisor, microcomputador, contrato de assistência médica e serviço doméstico. Em relação aos subgrupos e itens, convém mencionar: aquisição de veículo, alimentos industrializados, outras despesas com transportes, remédios e produtos farmacêuticos, equipamentos do domicílio, ensino escolar (cursos regulares e outros como pré-vestibular, idiomas, informática etc.), transportes coletivos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática e telefonia, manutenção do domicílio, serviços médicos e laboratoriais.

Boa parte destas flutuações relaciona-se a alterações de renda e de preços relativos entre os períodos das duas POFs. Por exemplo, com o aumento da renda real no período, seria de se esperar o aumento na demanda de determinados produtos e serviços, tais

como restaurantes, academias, TV a cabo, cabeleireiro feminino e outros. A própria inclusão do subitem "esteticista" reflete esse fato. Deve-se levar em consideração também algumas outras variáveis macroeconômicas que influem sobre a capacidade de consumo das famílias, tal como a queda da taxa de desemprego. O aumento do crédito imobiliário também pode ter impulsionado o setor de imóveis, resultando no aumento do preço dos mesmos, bem como no preço do aluguel.

A própria dinâmica do preço real dos produtos coletados parece influenciar a sua demanda e, portanto, o peso no índice. Como exemplo, os automóveis novos apresentaram queda de seu preço real (ou seja, evolução do preço do produto descontada a inflação) entre dezembro de 2010 e abril de 2013. Também cabe frisar a questão tecnológica, que pode favorecer o barateamento de determinados produtos, como o celular, resultando num aumento da demanda.

Ademais, políticas públicas também podem favorecer o melhor acesso a determinados serviços como o ensino superior, tornando-o assim menos oneroso. No que se refere a preços administrados, o contingenciamento em determinado período também pode explicar as variações de peso dos subitens do IPC, como é o caso de energia elétrica, que apresentou queda na sua participação. Por fim, devem ser levadas em consideração alterações na estrutura domiciliar da população da cidade de São Paulo. Este último fator pode, por exemplo, aumentar a demanda por apartamentos de um dormitório, impactando no aumento tanto de preço de venda quanto do aluguel.

Tabela 10 – Comparação Entre as Ponderações das POFs

Componentes	Ponderação Anterior	Ponderação Nova
0. Índice Geral	**100,00**	**100,00**
I. Habitação	**30,94**	**31,12**
1. Manutenção do Domicílio	**15,24**	**14,98**
Energia elétrica	3,79	3,50
1.2 Serviços Domésticos e Conservação	***2,87***	***2,98***
Condomínio	1,43	1,82
Serviço doméstico	1,03	0,90
2. Aluguel	**4,68**	**5,56**
Aluguel - Casa 1 dormitório	1,87	2,38
Aluguel - Apartamento 1 dormitório	0,24	0,50
Aluguel - Apartamento 2 dormitórios	0,30	0,49
3. Equipamentos do Domicílio	**4,96**	**4,09**
Televisor	0,69	0,44
3.3 Equipamentos Eletroeletrônicos	***1,04***	***0,72***
3.4 Equipamentos de Informática e Telefonia	***1,14***	***0,87***
Microcomputador	0,34	0,09
4. Serviços de Comunicações	**6,07**	**6,49**
Telefone fixo (conta)	2,85	2,10
Telefone celular (conta/recarga)	1,40	2,00
TV a cabo e por satélite	0,63	0,87
Combo (tv, internet e telefone)	0,27	0,57
II. Alimentação	**22,92**	**24,55**
1. Industrializados	**10,70**	**9,41**
2. Semielaborados	**5,91**	**6,56**
3. Produtos In Natura	**3,29**	**4,36**
4. Alimentação Fora do Domicílio	**3,02**	**4,22**
Refeição	1,81	2,54
Lanche	0,47	0,86
III. Transportes	**17,58**	**14,72**
1. Veículo Próprio	**9,86**	**8,55**
1.1 Manutenção do Veículo	***2,97***	***3,26***
Gasolina	2,02	2,49
Etanol	0,71	0,50
1.4 Aquisição de Veículo	***5,62***	***4,20***
Automóvel usado	2,66	1,81
Automóvel novo	2,49	1,97
2. Transportes Coletivos	**5,11**	**4,80**
Ônibus	3,31	2,91
Integração	1,09	1,22
3. Outras Despesas com Transporte	**2,61**	**1,37**
Licenciamento	1,33	0,49
Seguro de veículo	0,90	0,50
IV. Despesas Pessoais	**11,91**	**13,64**
1. Fumo e Bebidas	**3,45**	**3,94**
2. Recreação e Cultura	**3,86**	**4,26**
2.1 Recreação	***1,60***	***2,08***
Academia de ginástica	0,20	0,59
3. Artigos de Higiene e Beleza	**2,29**	**2,55**
4. Serviços Pessoais	**1,39**	**1,92**
Cabeleireiro feminino/manicure	1,17	1,62
5. Despesas Diversas	**0,92**	**0,99**
V. Saúde	**7,71**	**6,09**
1. Contrato de Assistência Médica	**3,45**	**3,22**
Contrato de assistência médica	3,45	3,22
2. Serviços Médicos e Laboratoriais	**0,98**	**0,68**
3. Remédios e Produtos Farmacêuticos	**2,63**	**1,91**
4. Aparelhos Corretivos e Medidores	**0,66**	**0,27**
VI. Vestuário	**5,25**	**6,62**
1. Roupa Feminina	**1,83**	**2,37**
2. Roupa Masculina	**1,13**	**1,30**
3. Roupa Infantil	**0,57**	**0,76**
4. Calçados e Acessórios de Vestuário	**1,51**	**1,97**
5. Tecido e Aviamento	**0,05**	**0,06**
6. Relógio, Joia e Bijuteria	**0,17**	**0,16**
VII. Educação	**3,68**	**3,25**
1. Ensino Escolar	**3,39**	**2,83**
Ensino superior	1,74	1,45
2. Material Escolar	**0,17**	**0,32**
3. Livros Didáticos	**0,12**	**0,09**

Fonte: Fipe. As linhas com realce "azul" referem-se aos grupos. A fonte azul representa subgrupos e a fonte vermelha itens. As linhas sem qualquer destaque são subitens.

4 Evolução das Ponderações dos Grupos do IPC

Os produtos acompanhados pelo IPC-Fipe são agrupados em sete grupos: Habitação, Alimentação, Transporte, Despesas Pessoais, Saúde, Vestuário e Educação. Essa seção analisa a evolução da participação desses grupos no IPC-Fipe, desde seu início em 1936.

O grupo de habitação (Tabela 11) teve uma trajetória de crescimento de seu peso na estrutura do índice, mais especificamente a partir de 1981, refletindo o aumento do custo residencial ao longo do tempo. Com relação aos grupos de alimentação ocorreu o contrário, com a queda da participação de mais de 50%, nos anos 30, para pouco mais de 20% contemporaneamente.

Já com o grupo de despesas com transporte, percebe-se um crescimento monotônico, ao longo do tempo, até a POF anterior, com uma pequena queda para a atual. O comportamento histórico pode ser atribuído ao peso dos gastos dos combustíveis, transporte público e automóvel, que foi crescente até o passado recente, tendo recrudescido um pouco no último período, em função de tabelamentos de preço dos combustíveis e políticas de controle de preço sobre a tarifa do transporte público, além da queda no preço de veículos, como já comentado.

O grupo de despesas pessoais apresentou elevação na sua participação na renda entre os anos 30 e até o início dos anos 80. Após isso, observou-se queda significativa de sua participação, seguida de um período em que o seu peso ficou relativamente estável. Na última POF, contudo, percebe-se um aumento na importância nessas despesas, refletindo a melhora na renda das famílias, bem como o maior acesso a esses bens pela população em geral.

O grupo de saúde também tem apresentado trajetória de alta no seu peso, ao longo do tempo, como tendência geral. Em parte, esse aumento é consequência do acesso das famílias a bens mais sofisticados, como os planos de saúde, cujo custo apresentou trajetória ascendente no período. Na última POF, no entanto, nota-se queda na participação desses gastos na renda das famílias paulistanas.

O grupo de vestuário, por sua vez, não tem apresentado um comportamento muito nítido, revezando períodos de elevação e queda. Por fim, o grupo de educação ganhou bastante importância, comparado à POF dos anos 30. No entanto, desde a década de 90, sua participação tem caído paulatinamente, principalmente pela grande queda na participação dos gastos com ensino escolar na renda das famílias.

Finalmente, na Tabela 12, observa-se que os grupos que apresentaram elevação de peso entre a ponderação anterior e a nova foram: habitação, alimentação, despesas pessoais e vestuário, enquanto aqueles que tiveram queda são: transportes, saúde e educação.

Tabela 11– Evolução das Ponderações do IPC-Fipe

EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PONDERAÇÕES DO IPC-FIPE								
	1936-1937	1951	1971-1972	1981-1982	1990-1991	1998-1999	2009-2010	2011-2013
0. Índice Geral	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
I. Habitação	24.51	34.19	22.69	18.35	26.68	32.79	30.94	31.12
1. Manutenção do Domicílio	8.33	7.26	13.45	10.05	12.81	15.73	15.24	14.98
2. Aluguel	14.62	24.03	8.63	7.75	6.97	8.97	4.68	5.56
3. Equipamentos do Domicílio	1.56	2.90	0.61	0.55	5.75	4.40	4.96	4.09
4. Serviços de Comunicações					1.14	3.69	6.07	6.49
II. Alimentação	56.22	42.90	43.53	37.67	30.81	22.73	22.92	24.55
1. Industrializados	31.32	17.59	14.61	13.49	10.74	9.09	10.70	9.41
2. Semielaborados	17.44	18.02	16.56	12.97	11.83	6.93	5.91	6.56
3. Produtos In Natura	7.46	7.29	9.11	6.24	4.63	4.00	3.29	4.36
4. Alimentação Fora do Domicílio			3.25	4.97	3.61	2.71	3.02	4.22
III. Transportes	1.96	3.90	6.28	10.54	12.97	16.03	17.58	14.72
1. Veículo Próprio			1.72	6.35	7.45	8.69	9.86	8.55
2. Transportes Coletivos	1.96	3.90	4.56	4.19	4.80	5.86	5.11	4.80
3. Outras Despesas com Transporte					0.72	1.48	2.61	1.37
IV. Despesas Pessoais	3.66	7.45	13.62	19.56	12.36	12.30	11.91	13.64
1. Fumo e Bebidas	3.38	2.05	5.43	7.67	4.81	4.32	3.45	3.94
2. Recreação e Cultura	0.28	2.64	2.12	4.76	3.68	3.70	3.86	4.26
3. Artigos de Higiene e Beleza			2.19	2.46	2.03	2.74	2.29	2.55
4. Serviços Pessoais		1.74	1.61	1.48	0.81	0.80	1.39	1.92
5. Despesas Diversas		1.02	2.27	3.19	1.03	0.74	0.92	0.99
V. Saúde	2.27	3.70	5.28	3.78	4.58	7.08	7.71	6.09
1. Contrato de Assistência Médica					0.59	3.10	3.45	3.22
2. Serviços Médicos e Laboratoriais	1.71		2.51	1.83	2.31	1.17	0.98	0.68
3. Remédios e Produtos Farmacêuticos	0.56		2.77	1.95	1.68	2.53	2.63	1.91
4. Aparelhos Corretivos e Medidores						0.28	0.66	0.27
VI. Vestuário	11.13	7.75	6.40	8.06	8.66	5.29	5.25	6.62
1. Roupa Feminina			1.28	2.78	2.94	1.77	1.83	2.37
2. Roupa Masculina		4.28	1.99	3.73	1.99	1.12	1.13	1.30
3. Roupa Infantil			0.45		0.96	0.65	0.57	0.76
4. Calçados e Acessórios de Vestuário	5.61	2.83	1.54	0.89	2.33	1.44	1.51	1.97
5. Tecido e Aviamento	4.76	0.64	1.02	0.19	0.28	0.10	0.05	0.06
6. Relógio, Joia e Bijuteria	0.76		0.12	0.47	0.17	0.21	0.17	0.16
VII. Educação	0.25	0.11	2.20	2.04	3.95	3.78	3.68	3.25
1. Ensino Escolar					3.04	3.30	3.39	2.83
2. Material Escolar					0.52	0.34	0.17	0.32
3. Livros Didáticos					0.40	0.15	0.12	0.09

Tabela 12– Estrutura de Ponderação do IPC-Fipe

Grupos	Anterior	Nova
I. Habitação	30,94	31,12
II. Alimentação	22,92	24,55
III. Transportes	17,58	14,72
IV. Despesas Pessoais	11,91	13,64
V. Saúde	7,71	6,09
VI. Vestuário	5,25	6,62
VII. Educação	3,68	3,25

Fonte: POF, FIPE.

5 Conclusão

A Fipe realizou a atualização da estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe) com base na Pesquisa de Orçamento Familiar realizada com mais de 1.300 famílias paulistanas, entre maio de 2011 e abril de 2013 pelo próprio instituto. A nova estrutura de ponderação reflete mudanças dos hábitos de consumo das famílias paulistanas, compatíveis com as mudanças na renda e nos preços relativos dos últimos anos. Em linhas gerais, a pesquisa identificou a obsolescência do consumo de produtos e serviços como locação de DVD, clube e lan-house, e o crescimento da importância de outros, como academia, TV a cabo ou por satélite ou provedor para internet. Em comparação com a POF anterior, houve elevação no peso de bens e serviços relacionados a habitação, alimentação, despesas pessoais e vestuário, ao passo que itens relacionados a transportes, saúde e educação perderam participação.

A maior participação nos gastos com habitação, despesas pessoais e vestuário parece relacionada à melhora na renda das famílias de uma maneira geral, que possibilitou às mesmas acesso a bens de consumo antes considerados de luxo. Por outro lado, a maior participação de gastos alimentares reflete tanto a mudança no perfil de consumo, com aquisição de bens de melhor qualidade e marcas mais caras, como também o aumento no preço relativo dos alimentos no período recente.

Por sua vez, a queda em saúde e educação relaciona-se a variações no preço relativo dos produtos desses grupos e acirramento da concorrência no setor. Já a queda em transportes reflete o comportamento dos preços de combustíveis e transporte público, no período da pesquisa, bem como a queda no preço relativo dos automóveis consumidos pelas famílias paulistanas.

A nova estrutura de ponderação entrou em vigor a partir de julho de 2015 e tem como intuito captar mudanças nos hábitos de consumo da população-alvo. A Fipe tem realizado um esforço para manter atualizada a estrutura de ponderação do IPC-Fipe, mantendo e aprimorando, assim, o padrão de qualidade do IPC. Pela primeira vez houve um esforço adicional para efetuar a atualização em um período inferior a dez anos, justamente para refletir o máximo possível esta variação nos hábitos de consumo.

(*) Professor Doutor da FEA-USP.
(**) Gerente de Pesquisa do IPC-FIPE.
(***) Analista Técnico do IPC-FIPE.
(****) Pesquisador da Fipe.

Revisão Sistemática sobre Resenhas Críticas de Cinema: O Uso de Mineração de Texto para Gerar Informações Não Observáveis?

Thaís Luiza Donega e Souza (*)
Marislei Nishijima (**)

1 Introdução

O mercado de cinema americano pode ser caracterizado como indústria do entretenimento, que produz bens de experiência, cuja qualidade é conhecida somente após seu consumo. Dessa forma, revisões críticas se tornam importantes para induzir tal consumo, uma vez que fornecem certo grau de informação sobre a qualidade do produto.

O objetivo desta revisão sistemática da literatura é descobrir como a mineração de texto vem sendo usada para classificar revisões críticas on-line, como tem sido empregada (métodos de relacionamento com outras variáveis) e se ocorre seu uso na área de economia, uma vez que consiste numa metodologia típica da ciência da computação e áreas relacionadas. Entendemos que esta técnica permite gerar medidas de informações não observáveis diretamente, como o caso dos efeitos da propaganda sobre as pessoas e sua subsequente disseminação entre pares, além de permitir um maior detalhamento sobre as resenhas críticas dos críticos profissionais e demais.

A revisão sistemática resultou em 20 artigos qualificados para esta finalidade provenientes das áreas de economia, computação e marketing. Os resultados indicam para a não utilização de mineração de textos para geração de variáveis *proxy* para efeitos boca a boca e de disseminação de propaganda na área de economia, sendo seu uso ainda restrito à área de ciência da computação.

Segundo o relatório anual de estatística do mercado cinematográfico americano da MPAA *(Motion Picture Association of America),* a arrecadação total de bilheteria de filmes ao redor do mundo foi de aproximadamente US$36.4 bilhões em 2013. Estados Unidos e Canadá somam 28,6% desse total. Além de deter a maior parte do faturamento mundial, os Estados Unidos e sua fábrica de filmes Hollywood compreendem 85% da produção cinematográfica de amplo lançamento no mundo. A economia de produção cinematográfica norte-americana, entretanto, vai além das bilheterias, tendo movimentado aproximadamente US$113 bilhões e 1.9 milhões de postos de trabalhos diretos e indiretos (MPAA, 2013).

Na indústria cinematográfica, existem diversos fatores que podem determinar o fracasso ou sucesso de um filme. Entretanto, tais fatores são de difícil identificação, uma vez que a própria definição de sucesso é metodologicamente controversa, pois existe mais de uma medida de sucesso para um filme. Basicamente, há três medidas, ou a "Tríade do Sucesso": i) as avaliações dos críticos especializados; ii) o desempenho financeiro; iii) e as premiações (SIMONTON, 2009). Apesar disso, trabalhos empíricos em economia têm adotado as resenhas críticas de profissionais como um dos determinantes de sucesso, quando a bilheteria (número de tickets ou arrecadação) é a variável dependente (BREWER; KELLEY; JOZEFOWICZ, 2009).

As críticas feitas por profissionais são particularmente bastante discutidas na literatura. Neste âmbito,

é comum ver livros, concertos, filmes, peças de teatro, restaurantes, programas na TV e outros produtos da indústria do entretenimento serem revisados por críticos profissionais. Há, inclusive, publicações específicas para tal, como revistas, jornais e alguns boletins televisionados. Críticas profissionais são verificadas em vários produtos, especialmente naqueles considerados como bens de experiência (*experience goods*), quando é necessário primeiro consumir o bem para depois ser capaz de avaliar a sua qualidade (SHAPIRO; VARIAN, 2013). Portanto, a informação de especialistas é de extrema relevância para induzir consumo de bens de experiência (REINSTEIN; SNYDER, 2005; LUCA, 2011; MOON; BERGEY; IACOBUCCI, 2010; KING, 2007). Como consequência, para tais produtos a opinião/crítica de experts é frequentemente solicitada e, até certo momento no ciclo de vida do produto, tal crítica profissional é a única informação que se tem disponível a respeito da qualidade do mesmo.

Entretanto, a literatura aponta que os consumidores, além de serem influenciados por críticos profissionais (BASUROY; CHATTERJEE; RAVID, 2003), também são influenciados pelas comunidades amadoras (Amazon.com, Netflix.com, videogames em GameSpot.com, restaurantes em Citysearch.com etc.), e por seus pares (REINSTEIN; SNYDER, 2005; LUCA, 2011; DUAN; GU; WHINSTON, 2008; CHINTAGUNTA; GOPINATH; VENKATARAMAN, 2010; BOATWRIGHT; BASUROY; KAMAKURA, 2007). Isso porque o grande número de novos bens de experiência e a alta frequência com que são lançados nos mercados podem compor informação em quantidade excessiva para os processos de escolha dos consumidores (MOON; BERGEY; IACOBUCCI, 2010).

Apesar dos estudos empíricos reconhecerem a importância do papel da revisão crítica profissional, poucos trabalhos na área de economia tratam do efeito das revisões críticas de consumidores e comunidades amadoras, bem como de pares, cuja ausência pode gerar viés de omissão de variável relevante (REINSTEIN; SNYDER, 2005). Esta ausência está relacionada com a dificuldade de obtenção desta informação, uma vez que o econometrista não observa a influência entre pares.

Deste modo, buscamos estudos, por meio de uma revisão sistemática da literatura, que utilizem técnicas de mineração de texto de revisões críticas e comentários on-line para determinação de variável *proxy* de publicidade e propaganda e de influência sobre os pares. Utilizamos a hipótese de que as resenhas críticas on-line são suficientemente gerais porque qualquer conteúdo de outros veículos de divulgação sempre está também disponível na rede – por exemplo, os conteúdos de jornais e revistas. Além disso, mesmo quando o conteúdo não é totalmente aberto, somente para assinantes, existe a reprodução e propagação das informações entre sites (MOON; BERGEY; IACOBUCCI, 2010). A revisão sistemática é uma revisão da literatura, baseada em máquinas de busca, focada em uma questão de pesquisa que busca identificar, avaliar, selecionar e sintetizar toda evidência de pesquisa de alta qualidade relevante à questão proposta.

Além da introdução, este artigo tem quatro partes. A segunda parte discorre sobre os métodos de levantamento da literatura a ser estudado, baseado no modelo de revisão sistemática, quantos instrumentos computacionais são usados no auxílio do levantamento do estado das artes de um certo assunto em diferentes áreas predefinidas. A terceira sumariza os resultados e discute as evidências encontradas. A quarta e última seção traz a conclusão obtida com esta revisão da literatura.

2 Materiais e Métodos

2.1 *Planejamento e Identificação da Necessidade de uma Revisão da Literatura e Criação de seu Protocolo*

Nesta etapa são definidos os objetivos da revisão da literatura. Todas as informações são registradas em protocolo, abrangendo os métodos a serem utilizados na condução da

revisão de forma clara e detalhada, permitindo a reprodução da revisão por outros pesquisadores. São definidos critérios de inclusão e exclusão, assim como critérios de qualidade, seleção de fontes, idioma dos artigos, métodos de busca e palavras-chave. O Anexo A apresenta detalhes.

2.2 Execução

O objetivo da etapa de execução é obter e analisar os estudos primários. Os estudos são identificados, coletados e selecionados seguindo os critérios de inclusão e exclusão determinados na fase de planejamento. Com a seleção de trabalhos concluída, faz-se a extração das informações relevantes de todas as pesquisas reunidas.

Devido à ambiguidade de interpretação para as palavras-chave especificadas, uma combinação maior de *strings* foi montada, de modo a tentar limitar as pesquisas apenas para o conteúdo de interesse, evitando resultados muito discrepantes do tema. Como exemplo, busca-se evitar artigos de resenhas críticas dos mais diversos assuntos que não contemplam os objetivos desta pesquisa e o seu tema.

Para todas as buscas efetuadas foram utilizadas as metodologias definidas no protocolo sobre língua e preferência de publicação: *journals* e periódicos e publicações apenas em inglês. Também foi utilizada a opção de apenas conteúdo disponível para este usuário, limitando os resultados a publicações disponíveis para o usuário USP. A data de pesquisa foi do período pós banda larga, 1996, até junho de 2015 (Ver Anexo B). Extração de informação:

Critérios de inclusão/exclusão de informação: para desenvolver o formulário de extração foram considerados os aspectos mais relevantes das informações dos trabalhos em relação aos objetivos da revisão, portanto, o objetivo do trabalho, as técnicas e métodos utilizados, os resultados, o conjunto de dados, sua disposição e fonte.

Formulários de extração de dados: contém os campos: Resumo; Técnicas e métodos; Resultados; Fontes de Dados; Conjunto de Dados.

Execução da extração: a execução da extração foi realizada de forma direta, através da leitura e entendimento de cada um dos trabalhos o formulário de extração foi preenchido.

As figuras a seguir representam os estudos analisados em cada uma das fases citadas.

Figura 1 – Trabalhos analisados na fase Condução

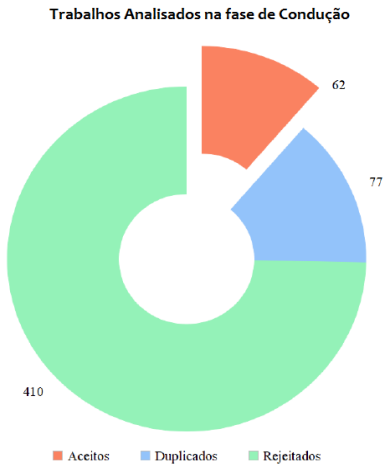
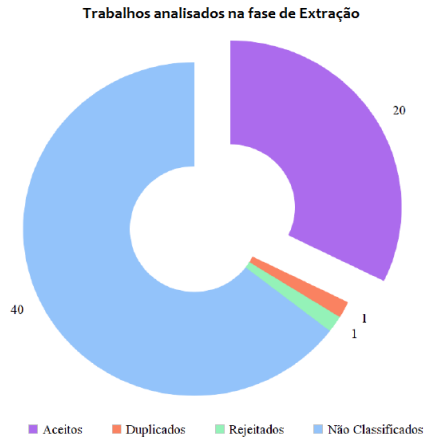


Figura 2 – Trabalhos Analisados na fase de Extração



2.3 Análise dos Resultados

Trata-se da etapa na qual os resultados dos estudos primários que atendem ao propósito da revisão são extraídos e sintetizados. **Resultados:** dos cinco estudos que utilizam técnicas de Inteligência Artificial (IA) e/ou Mineração de Texto (*Text Mining*) mais especificamente, nenhum foi publicado em veículos estritamente de economia (Figura 4), sendo Dellarocas e Narayan (2006) em '*Institute of Mathematical Statistics*', Elberse (2007) em 'American Marketing Association', Lu *et al.* (2014) em 'IEEE Computer Society', Zhang (2008) em 'Business Intelligence Analytics IEEE' e Eliashberg *et al.* (2014) em 'IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering'.

A Tabela 1 traz os 20 estudos analisados na revisão sistemática. Os artigos de Eliashberg e Shugan (1997) é o mais antigo do conjunto selecionado e representa um precursor sobre o tema, sendo citado por quase todos os demais artigos. Os estudos de Lu *et al.* (2014) e de Eliashberg *et al.* (2014) são os mais recentes, evidenciando a relevância do tema e seu potencial de exploração, dado que o assunto está sendo pesquisado há pelo menos 17 anos e se mostra ativo.

Usando a identificação da Tabela 1, a coluna ID, segue a Tabela 2, onde é possível visualizar parte dos campos utilizados no formulário de extração da revisão: a) objetivo, separado em (i) utilização das críticas on-line, (ii) de que forma essa informação foi utilizada (Como), e (iii) de qual mercado essa informação foi extraída (Aplicação); b) técnicas e métodos utilizados; c) fonte da base de dados, d) disposição dos dados; e d) tamanho do conjunto total.

Figura 3 – Áreas de Publicação de Estudos de IA/Text Mining

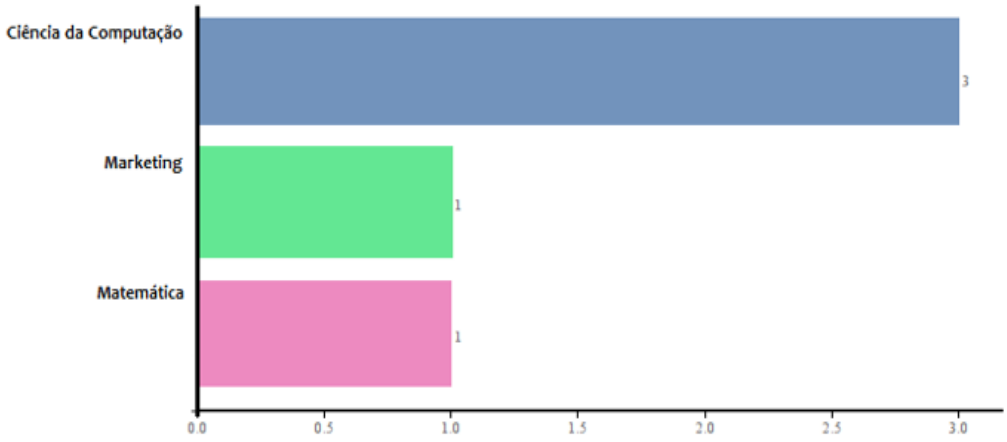


Tabela 1 – Sumarização dos Estudos Analisados

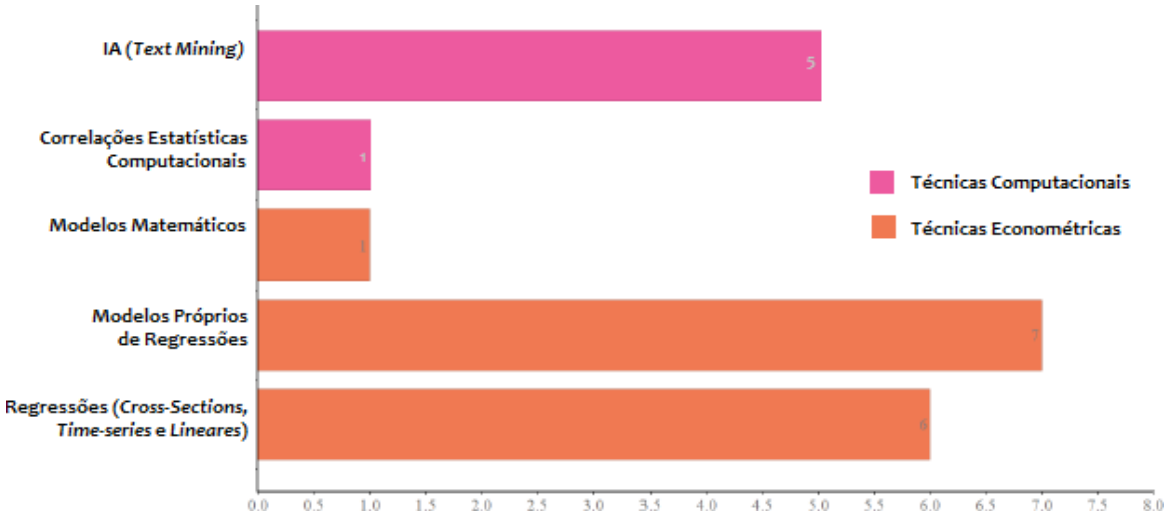
ID	Título	Autor(es)
1	*Reviewing the reviewers: The impact of individual film critics on box office performance*	Boatwright *et al.* (2007)
2	*Is silence golden? An inquiry into the meaning of silence in professional product evaluations*	Kamakura *et al.* (2006)
3	*Do online reviews affect product sales? The role of reviewer characteristics and temporal effects*	Hu *et al.*, (2008)
4	*Dynamic Effects among Movie Ratings, Movie Revenues, and Viewer Satisfaction*	Moon *et al.* (2010)
5	*Social Learning and Peer Effects in Consumption: Evidence from Movie Sales*	Moretti (2011)
6	*Word of Mouth for Movies: Its Dynamics and Impact on Box Office Revenue*	Yong (2006)
7	*A Statistical Measure of a Population's Propensity to Engage in Post-Purchase Online Word-of-Mouth*	Dellarocas e Narayan (2006)
8	*The Power of Stars: Do Star Actors Drive the Success of Movies?*	Elberse (2007)
9	*Impact of Online Consumer Reviews on Sales: The Moderating Role of Product and Consumer Characteristics*	Zhu e Xiaoquan (2010)
10	*How Critical Are Critical Reviews? The Box Office Effects of Film Critics, Star Power, and Budgets*	Basuroy *et al.* (2003)
11	*Dynamic impacts of online reviews and other information sources on sales in panel data environment*	Yuan-Yuan *et al.* (2008)
12	*Business Intelligence from Social Media: A Study from the VAST Box Office Challenge*	Lu *et al.*(2014)
13	*Weighing Stars: Aggregating Online Product Reviews for Intelligent E-commerce Applications*	Zhang (2008)
14	*Assessing Box Office Performance Using Movie Scripts: A Kernel-Based Approach*	Eliashberg *et al.*(2014)
15	*Does film criticism affect box office earnings? Evidence from movies released in the U.S. in 2003*	King (2007)
16	*Film Critics: Influencers or Predictors?*	Eliashberg e Shugan (1997)
17	*Do online reviews matter? — An empirical investigation of panel data*	Duan *et al.* (2008)
18	*What makes a critic tick? Connected authors and the determinants of book reviews*	Dobrescu *et al.* (2013)
19	*The Influence of Expert Reviews on Consumer Demand for Experience Goods: A Case Study of Movie Critics*	Reinstein e Snyder (2005)
20	*Reviews, Reputation, and Revenue: The Case of Yelp.com*	Luca (2011)

Tabela 2 – Catalogação dos Estudos Analisados

ID	Objetivo			Técnicas e métodos	Fontes de Dados	Disposição	DataSet
	RC	Como	Aplicação				
1	Sim	Variável de Controle	Filmes	Modelos Matemáticos	Variety	Semanal	466 filmes
2	Sim	Variável de Controle	Filmes	Regressões Personalizadas	Variety	Semanal	466 filmes 21.436 críticas
3	Sim	Qualidade da Crítica	Filmes	Modelos Matemáticos e Regressões	Amazon	Único	Não informa
4	Sim	Satisfação do Consumidor	Filmes	Regressões Personalizadas	Rotten Tomatoes, Yahoo! Movies	Semanal	246 filmes
5	Sim	Proxy de Publicidade	Filmes	Regressões Personalizadas	ACNielsen-EDI	Semanal	4992 filmes
6	Não	Variável de Controle	Filmes	Regressões	Yahoo! Movies	Semanal	40 filmes; 12000 posts
7	Sim	Densidade	Filmes	Regressões e Mineração	Yahoo! Movies e Box Office Mojo	Semanal	65281 críticas
8	Não	-	Filmes	Regressões e Mineração	HSX Market Recap	Único	496 filmes; 1258 textos
9	Sim	Variável de Controle	Variados	Regressões	Amazon	Único	Não informa
10	Sim	Variável de Controle	Filmes	Regressões	Variety	Semanal	200 filmes
11	Sim	Variável de Controle	Filmes	Regressões	Yahoo! Movies e Box Office	Semanal	200 filmes
12	Sim	Visualização	Filmes	Mineração (IA) e Regressões	Twitter e IMDB	Único	Tempo real
13	Sim	Qualidade	Variados	Mineração e Regressões	Amazon.com Web Service	Único	23000 revisões
14	Não	-	Filmes	Mineração (IA) e Regressões	IMDB e Box Office Mojo	Único	300 roteiros
15	Sim	Variável de Controle	Filmes	Correlação Estatística Computacional	Metacritic	Semanal	152 filmes
16	Sim	Variável de Controle	Filmes	Regressões	Baseline inc e Variety	Semanal	172 filmes
17	Sim	Variável de Controle	Filmes	Regressões Personalizadas	Yahoo!, Variety e BoxOffice Mojo	Semanal	71 filmes
18	Sim	Variável de Controle	Livros	Regressões	Metacritic.com, New York Times	Único	100 filmes
19	Sim	Proxy de Publicidade	Filmes	Regressões Personalizadas	TV (Siskel and Ebert), Box Office Guru	Semanal	609 filmes
20	Sim	Variável de Controle	Restaurante	Regressões	Yelp.com	Trimestral	Não informa

Os estudos foram categorizados por técnicas e métodos utilizados de forma a identificar trabalhos que empregam análises de regressões, mineração de texto e/ou técnicas similares de Inteligência Artificial, modelos personalizados de regressões, correlações estatísticas computacionais e modelos matemáticos (Figura 3).

Figura 4 – Categorização dos Resultados - Técnicas e Métodos



A partir dessa visualização, podemos observar a pluralidade dos trabalhos encontrados, que mesmo sendo de mesmo tema, divergem bastante entre foco, aplicabilidade e resultados. Do ponto de vista do efeito das revisões críticas sobre a bilheteria não há um consenso. Alguns trabalhos mostram correlações positivas entre críticas e bilheteria dos filmes, mas divergem entre especificidades como gênero, MPAA rating e orçamento. Outros trabalhos notificam a ausência de correlação estatística entre as críticas e a bilheteria, ou o peso das críticas on-line variando conforme a origem (críticos profissionais de renome, críticos profissionais e revisões de consumidores). Ainda, encontramos trabalhos que focam no volume, densidade e qualidade das críticas sobre o produto, considerando que cada uma dessas características muda o peso de como a crítica se relaciona com a variável de interesse.

Os trabalhos que utilizam mineração de texto para gerar informações, variáveis numéricas para revisões críticas de críticos profissionais, não são da área de economia.

3 Considerações Finais

Considerados como bens de experiência, os filmes só podem ser completamente avaliados depois de serem consumidos. Assim, os consumidores procuram informações sobre a qualidade dos filmes, tais como as resenhas críticas de críticos profissionais, de seus pares e de outros consumidores. Deste modo, investigar o que torna um filme um filme de sucesso, ou não, é um desafio interessante que vem sendo estudado. Através de uma revisão sistemática foi possível identificar as diferentes técnicas, métodos, limitações e lacunas atuais envolvidos. A maioria dos artigos, 15 dos 20, utiliza as críticas on-line de profissionais e de comunidades amadoras como variável explicativa e/ou de controle em seus modelos de regressão em que alguma medida de sucesso é a variável explicada, em geral o faturamento. A mineração de texto ou técnicas de IA para processamento de linguagem natural com o objetivo de criar variáveis numéricas de

revisões críticas foi encontrada em cinco casos. Entretanto, nenhum destes cinco estudos pertence à área de economia. Nesta área são usadas diretamente as notas, em geral binárias, da revisão do crítico como variável numérica. Além disso, não foi encontrado o uso de mineração de texto para sintetizar informação de resenha de consumidor. Assim, claramente o problema metodológico de omissão de variável relevante colocado pela área de economia permanece sem opções de variáveis *proxies* para o efeito de consumo relacionado à propaganda boca a boca entre os pares. Ainda como resultado da análise, verificamos que mesmo se tratando de um tema relativamente popular e com boa abrangência de estudos, se mostra ativo e com potencial de exploração nas mais diversas aplicações, peculiaridades e interdisciplinaridades.

O uso de mineração de texto para gerar informação numérica de revisões críticas de profissionais encontrado na literatura de ciência da computação mostra a possibilidade real deste mesmo uso para resenhas de consumidores disponíveis *on-line*. As resenhas dos consumidores são feitas após o consumo do filme e podem trazer informação sobre o efeito de consumo referente à troca de informação entre pares. O uso desta técnica para a área de economia seria extremamente relevante, uma vez que possibilitaria a disponibilização de *proxies* de variáveis não disponíveis para estudos empíricos em economia.

Referências

BASUROY, S.; CHATTERJEE, S.; RAVID, S. A. How critical are critical reviews? The box office effects of film critics, star power, and budgets. *Journal of Marketing*, v. 67, n. 4, p.103-117, 2003.

BOATWRIGHT, P.; BASUROY, S.; KAMAKURA, W. Reviewing the reviewers: the impact of individual film critics on box office performance. *Quantitative Marketing and Economics*, v. 5, n. 4, p. 401-425, 2007.

BREWER, S. M.; KELLEY, J. M.; JOZEFOWICZ, J. J. A blueprint for success in the US film industry. *Applied Economics*, v. 41, n. 5, p. 589-606, 2009.

CHINTAGUNTA, P. K.; GOPINATH, S.; VENKATARAMAN, S. The effects of online user reviews on movie box office performance: accounting for sequential rollout and aggregation across local markets. *Marketing Science*, v. 29, n. 5, p. 944-957, 2010.

DELLAROCAS, C.; NARAYAN, R. A statistical measure of a population's propensity to engage in post-purchase online word-of-mouth. *Statistical Science.* v.21, n.2, p. 277-285, 2006.

DOBRESCU, L. I.; LUCA, M.; MOTTA, A. What makes a critic tick? Connected authors and the determinants of book reviews. *Journal of Economic Behavior & Organization* 96, p. 85-103, 2013.

DUAN, W.; GU, B.; WHINSTON, A. B. Do online reviews matter? – an empirical investigation of panel data. *Decision support systems*, v. 45, n. 4, p.1007-1016, 2008.

ELBERSE, A. The power of stars: do star actors drive the success of movies? *Journal of Marketing*, v.71, n.4, p.102-120, 2007.

ELIASHBERG, J.; HUI, S. K.; ZHANG, Z. J. Assessing box office performance using movie scripts: a kernel-based approach. *Knowledge and Data Engineering, IEEE Transactions* on v.26, n.11, p. 2639-2648, 2014.

ELIASHBERG, J.; SHUGAN, S. M. Film critics: influencers or predictors? *The Journal of Marketing*, p. 68-78, 1997.

HU, N.; LIU, L.; ZHANG, J. J. Do online reviews affect product sales? The role of reviewer characteristics and temporal effects. *Information Technology and Management*, v. 9, n. 3, p. 201-214, 2008.

KAMAKURA, W. A.; BASUROY, S.; BOATWRIGHT, P. Is silence golden? An inquiry into the meaning of silence in professional product evaluations. *Quantitative Marketing and Economics*, v. 4, n. 2, p.119-141, 2006.

KING, Timothy. Does film criticism affect box office earnings? Evidence from movies released in the US in 2003. *Journal of Cultural Economics*, v. 31, n. 3, p.171-186, 2007.

LIU, Y. Word of mouth for movies: Its dynamics and impact on box office revenue. *Journal of Marketing*, v. 70, n.3, p.74-89, 2006.

LU, Y.; WANG, F.; MACIEJEWSKI, R. Business intelligence from social media: a study from the vast box office challenge. *Computer Graphics and Applications*, IEEE v. 34, n.5, p.58-69, 2014.

LUCA, M. Reviews, reputation, and revenue: the case of Yelp. com. Com (September 16, 2011). *Harvard Business School* NOM Unit Working Paper 12-016, 2011.

McKENZIE, J. The economics of movies: a literature survey. *Journal of Economic Surveys*, v.26, n.1, p. 42-70, 2012.

MOON, S.; BERGEY, P. K.; IACOBUCCI, D. Dynamic effects among movie ratings, movie revenues, and viewer satisfaction. *Journal of Marketing*, v. 74, n.1, p.108-121, 2010.

MORETTI, E. Social learning and peer effects in consumption: evidence from movie sales. *The Review of Economic Studies*, v. 78, n.1, p. 356-393, 2011.

Motion Picture Association of America - MPAA. The economic contribution of the motion picture and television industry:

to the United States. *Technical Report MPAA*, 2013.

REINSTEIN, D. A.; SNYDER, C.M. The influence of expert reviews on consumer demand for experience goods: a case study of movie critics. *The Journal of Industrial Economics*, v. 53, n.1, p. 27-51, 2005.

SHAPIRO, C.; VARIAN, H. R. Information rules: a strategic guide to the network economy. *Harvard Business Press*, 2013.

SIMONTON, D. K. Cinematic success criteria and their predictors: The art and business of the film industry. *Psychology & Marketing*, v. 26, n. 5, p. 400-420, 2009.

YUAN-YUAN, H.; YI-JUN, L.; QIANG, Y.; PENG, Z. Dynamic impacts of online reviews and other information sources on sales in panel data environment: evidence from movie industry. In: *Management Science and Engineering*. ICMSE 2008. 15th Annual Conference Proceedings. *International Conference on. IEEE*, p. 493-500, 2008.

ZHANG, Z. Weighing stars: aggregating online product reviews for intelligent e-commerce applications. *Intelligent Systems, IEEE*, v. 23, n.5, p.42-49, 2008.

ZHU, F.; ZHANG, X. Impact of online consumer reviews on sales: the moderating role of product and consumer characteristics. *Journal of Marketing*, v. 74, n.2, p.133-148, 2010.

Anexo A

1. Formulação da Questão:

1.1 Questões:

a. Qual o papel dos revisores críticos no mercado de bens de experiência?

b. Quais são os métodos e as técnicas existentes para mensurar e qualificar sucesso de produções cinematográficas?

c. Quais técnicas são mais assertivas para categorizar textos?

1.2 Qualidade e amplitude da questão:

a. População: Estudos sobre avaliações de revisões críticas em qualquer mercado de bens de experiência – Filmes, livros, vinhos, serviços, shows, teatro etc; Estudos sobre sucesso e fracasso de produções cinematográficas que envolvam críticas como variável; Estudos sobre classificação, categorização ou mineração de texto.

b. Intervenção: Métodos e técnicas de avaliação dos efeitos da revisão crítica; Modelos de estimação de sucesso e fracasso de bilheteria de um filme; e Técnicas de *text mining*.

c. Controle: **1** Basuroy, Chatterjee e Ravid (2003). **2** Boatwright, Basuroy e Kamakura (2007). **3** Chintagunta, Gopinath e Venkararaman (2010); **4** Duan, Gu e Whinston (2008); **5** Eliashberg e Shugan (1997); **6** King (2007); **7** McKenzie (2012).

d. Resultados: Encontrar o estado da arte para cada um dos objetivos citados.

e. Aplicação: Eleger e/ou priorizar métodos e técnicas matemáticas e computacionais que satisfaçam a intenção de pesquisa.

1.3 Palavras-Chave:

a. *Critic Review, Critical Review, Critics Reviews – "Critic* Review*";*

b. *Movie(s), Film(s), Motion Picture(s) – Movie*, Film*, "Motion Picture*";*

c. *Review(s) – Review*;*

d. *Regression, Survival Analisys;*

e. *"Information Goods", Goods, "Experience Goods";*

f. "*Text Mining*", "*Naive Bayes*", "*Probabilistic Learning*".

2. Seleção das Fontes:

2.1 Critério de definição da seleção das fontes: Fontes de trabalhos e pesquisas em geral que abranjam as áreas de Economia, Marketing, Negócios, Inteligência Artificial, Econometria, e Computação em geral; Priorização para artigos de periódicos e *journals*;

2.2 Língua dos estudos: Inglês.

2.3 Identificação das fontes: *Google Academics, ACM, IEE, Oxford Press Journals, Springer, NBRE* e *Jstor*.

2.4 Seleção das fontes após a avaliação: *IEE, Springer* e *JStor*.

3. Seleção dos Estudos:

3.1 Definição dos Estudos:

3.2 Critérios de inclusão e exclusão:

a. Inclusão:

i. Analisem o Impacto das revisões críticas;

ii. Tenham resultados satisfatórios com classificação de Texto;

iii. Sobre mineração de texto de revisões / comentários online;

iv. Sobre revisões críticas;

v. Sobre cinema;

b. Exclusão:

i. Anterior a 2005 para *Text Mining*;

ii. Que não considerem revisões críticas como variável para determinante de sucesso / fracasso de cinema;

iii. Que não utilizem técnicas de *text mining* como classificação de revisões online;

iv. Que não atendam as especificações do protocolo.

Anexo B

*Tabela 1B – **Strings** de Busca IEE*

Strings	Res	Incl	Rej	Dup
(((Critic* Review*) AND Movie) AND Regression)	46	7	39	0
((Critic* Review*) AND Movie*)	7	2	1	4
((("Critical Review") AND Movie) AND "Naive Bayes")	2	2	0	0
((("Critical Review") AND Movie) AND "Text Mining")	4	0	2	2
((("Review*") AND "Movie") AND "Text Mining")	218	4	9	16
Total	**277**	**15**	**51**	**22**

Tabela 2B – Strings de Busca Springer

Strings	Res	Incl	Rej	Dup
"naive bayes" AND "probabilistic learning"	28	6	18	4
"critic* review*" AND "motion pictures" AND "information goods"	6	2	4	0
"critic* review*" AND "motion pictures" AND "information goods"	8	1	3	4
"critic* review*" AND "movies" AND "information goods"	9	1	2	6
"critic* review*" AND "movies" AND "information goods"	11	8	2	1
"critic* review*" AND "films" AND "experience goods"	37	2	23	12
"critic* review*" AND "movies" AND "experience goods"	21	2	1	18
Total	**120**	**22**	**53**	**45**

Tabela 3B – Strings de Busca JStor

Strings	Res	Inc	Rej	Dup
((((Critic* Review*) AND (Movie)) AND (Regression)) AND (goods))	**328**	**19**	**303**	**6**
((("Critic Review") AND (Movie)) AND (Text Mining))	**1**	**0**	**0**	**1**
((("Critical Reviews") AND (Movie)) AND ("Text Mining"))	**1**	**1**	**0**	**0**
((("Critical Reviews") AND (Film)) AND ("Text Mining"))	**1**	**0**	**1**	**0**
((("Critical Reviews") AND ("Motion Picture")) AND ("Text Mining"))	**0**	**0**	**0**	**0**
((("Reviews") AND (Movie)) AND ("Text Mining"))	**4**	**0**	**1**	**3**
(((reviews) AND (Movie)) AND ("naive bayes"))	**1**	**0**	**1**	**0**
(("Critical reviews") AND ("Naive Bayes"))	**1**	**0**	**1**	**0**
Total	337	20	307	10

(*) Mestranda de Sistemas da Informação da USP.
(E-mail: thais.donega@usp.br).
(**) Professora Associada da USP.
(E-mail: marislei@usp.br).

Economia Criativa: 20 Anos Depois – O Contexto Emergente

Julio Lucchesi Moraes (*)

O presente artigo dá continuidade à série de discussões sobre as perspectivas e transformações no universo da Economia Criativa e das TICs. Tomando por base o *Manifesto pela Economia Criativa*, publicado em 2013 por pesquisadores do NESTA, uma das principais instituições de inovação no Reino Unido, discutimos as principais inflexões na pauta criativa atualmente em curso. Nosso destaque recaiu na crescente participação do substrato digital na ecologia do setor, processo que vem causando uma transformação estrutural sem precedente.

Indicado esse quadro geral, nosso intuito agora é problematizar um componente adicional: a transposição de tais discussões para o universo emergente. Em linhas gerais, a ideia do texto é de matizar os desafios da pauta criativa digital para além das fronteiras de seu contexto original de formulação. Sem o intuito de esgotar o tema, nosso artigo tem por objetivo indicar alguns caminhos interpretativos, ressaltando consonâncias e dissonâncias na agenda criativa global.

1 Digitalização: Desafios no Contexto Emergente

Em 2012, a Bell Labs, braço de pesquisa da gigante Telecom Alcatel-Lucent, lançou uma interessante pesquisa contendo previsões sobre o consumo de serviços audiovisuais nos próximos anos. Os dados do relatório são certamente expressivos: as previsões do centro não apenas projetam expressivo aumento no consumo diário médio de produtos e serviços audiovisuais, mas também uma transformação radical nas modalidades de fruição do serviço. No que tange especificamente ao *home vídeo* eletrônico, a expectativa é de que, até 2020, 48% do consumo audiovisual ocorra por meio das modalidades "Over-The-Top" (OTT), 29% por meios sob demanda (VoD), 11% por acesso a conteúdos na nuvem e apenas 10% pelas modalidades das TVs convencionais (ALCATEL-LUCENT, 2012).

Há, é claro, uma série de críticas às premissas da pesquisa. Ainda mais importante, podemos nos questionar sobre a capacidade de migração desses debates para contextos emergentes, tais como o Brasil. Diversos dados e indicadores chancelam nosso questionamento. O hiato já se apresenta quando analisamos, por exemplo, a base de assinantes dos principais serviços atualmente disponíveis, como o Netflix. Enquanto nos países desenvolvidos o nível de penetração da empresa chega à casa de 30% dos domicílios, pesquisa da consultoria eMarketer indica que a base de assinantes no Brasil foi, em 2015, de 2,2 milhões de usuários.

Mesmo a TV paga convencional, modelo de distribuição de conteúdo em franca transformação no contexto internacional, ainda tem aqui um amplo espectro de expansão. O mais recente relatório da ANCINE, a Agência Nacional do Cinema, indica que, a despeito do elevado crescimento nos últimos anos, cerca de 70% dos domicílios brasileiros ainda não contam com o serviço. Trata-se de uma taxa bastante elevada, mesmo quando comparada a outros países emergentes

ou vizinhos latino-americanos (ANCINE, 2015).

Os números se reproduzem quando analisamos outros segmentos coligados ao universo digital. Não seria descabido afirmar, nesse sentido, que a plena realização da pauta digital no País esbarra em questões estruturais da economia nacional, tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda.

Do ponto de vista da oferta, a situação é particularmente complexa devido aos elevados custos de implementação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações. Dados de estudo da McKinsey indicam que, dos 57,3 trilhões de dólares necessários para infraestrutura global até 2030, cerca de 17% concentram-se no setor (MGI, 2013, p.14). A execução desse elevado montante de recursos exige não apenas elevados aportes de investimento direto (ou de endividamento), mas também uma fina integração entre atores públicos e privados.

O agravante desse quadro nos contextos emergentes é que o modelo de negócios do setor de telecomunicações pressupõe, por excelência, uma ampla e crescente base de consumidores. Nesse sentido, mais do que a mera superação de entraves técnicos, a expansão do segmento esbarra em elementos estruturantes como o baixo poder aquisitivo de grande parte da população. Não por acaso, dois dos principais programas atualmente em curso no Brasil – o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e o processo de conversão do sinal de televisão da modalidade analógica para a modalidade digital – estão sendo executados com ampla participação do Governo Federal.

Embora fundamentais do ponto de vista da universalização de serviços básicos, essas ações extrapolam o universo das políticas públicas de acesso, inscrevendo-se também numa série de ações estratégicas voltadas ao incremento da competitividade do setor produtivo. A implementação da Televisão Digital e o subsequente desligamento da Televisão Analógica permitem a liberação de faixas de frequência para a Telefonia 4G, o que poderia melhorar significativamente o alcance da tecnologia no território nacional. No último relatório consolidado da ANATEL, lemos que a rede 4G alcançou, em dezembro de 2014, um total de 147 municípios do Brasil.[1]

Obviamente, tão importante quanto a área de cobertura do serviço de banda larga é a qualidade e capacidade dessa conexão. Muitos dos números apresentados nos relatórios de acompanhamento do Plano Nacional de Banda Larga precisam ser relativizados em face da baixa performance dos serviços ofertados, sobretudo em regiões mais distantes do País (IDC, 2013).

Uma vez mais, não devemos restringir nosso olhar pura e simplesmente a uma questão de acesso de consumidores a um serviço (a despeito do mérito intrínseco dessa proposta). Diversos estudos reconhecem a correlação entre a difusão da banda larga e a performance econômica de um país ou região. Podemos recorrer aqui, novamente, ao documento do NESTA, quando de sua afirmação que:

> O impacto médio da banda larga no crescimento anual do PIB em 15 países da Zona do Euro entre 2002 e 2007 foi estimado em 0,6%, respondendo por quase 17% do crescimento total sobre este aumento de 10% do período. Estima-se que a penetração de banda larga entre 1999 e 2007 tenha elevado o crescimento anual *per capita* entre 0,9 e 1,5% nos países da OCDE (BAKHSHI *et alli*, 2013, p.11).[2]

2 A Pauta Criativa no Universo Emergente: Uma Discussão Estrutural

Cedo se percebe que a completa compreensão das discrepâncias entre as realidades da economia criativa no universo desenvolvido e no emergente exige mais do que o simples arrolamento de dados e indicadores de acesso. O avanço em nossa contextualização sobre os desafios da implementação da pauta digital no contexto emergente envolve a consideração de alguns aspectos mais profundos e

efetivamente estruturantes a respeito da economia de tais países, bem como de sua posição no panorama internacional.

Nesse contexto, a hipótese que aqui aventamos é que, se os desafios de implementação de uma pauta criativa digital nos países desenvolvidos encontram dificuldades de primeira ordem, a condição emergente complexifica elementos dessa equação. Nesse sentido, embora regiões desenvolvidas e emergentes compartilhem dos desafios tecnológicos correntes, registram-se diferentes graus de estruturação e prontidão para a implementação da agenda no âmbito local. Trata-se, obviamente, de uma proposta exploratória cuja efetiva comprovação precisa ser posta à prova dos dados empíricos ao longo das próximas reflexões desta série de artigos.

É necessário, outrossim, não se deixar perder pela amplitude e ubiquidade da temática digital. Assim, a despeito da complexidade do tema, julgamos ser possível elencar certos elementos-chave, fatores estruturantes que merecem destaque em nossa análise.

Para compreender tal ponto, comecemos retomando o documento do NESTA. Um dos aspectos mais inovadores do *Manifesto pela Economia Criativa* é sua perspectiva transversal. Vemos, assim, o órgão de inovação britânico defender a implementação de uma agenda criativa e digital em múltiplas frentes de atuação. Para além do universo exclusivo da cultura ou das telecomunicações, vemos propostas de reformulação nas mais distintas áreas da economia e da sociedade (*Idem*, cap. 5). É justamente nesse processo de expansão que alguns condicionantes do mundo emergente precisam ser ressaltados:

(i) *Economia Criativa, desigualdade e gap educacional*: Por sua própria definição, a Economia Criativa baseia-se essencialmente no trabalho qualificado e especializado. Embora certos segmentos dentro dela alocados – como a música, a dança ou o artesanato – não estejam necessariamente vinculados a maiores índices de escolaridade e/ou acesso à educação formal, o mesmo não ocorre com segmentos como audiovisual ou os serviços ligados às TICs. Acontece que temos aí justamente os itens de maior valor agregado dentro do universo da Economia Criativa.

O argumento que aqui apresentamos é que o incremento do substrato digital no setor criativo traz uma dificuldade adicional. Em contextos de acentuada desigualdade e – o que é ainda mais grave – de acentuada desigualdade educacional, a implementação da pauta criativa pode potencializar o hiato social. É fundamental refletir, nesse sentido, sobre a implementação de uma agenda setorial em consonância com as demais políticas públicas de inclusão, acesso e educação.

(ii) *Economia Criativa e Ecologia Institucional*: a transposição da agenda criativa dos contextos desenvolvidos para o cenário emergente pode se vincular também a outros efeitos potencialmente perversos. O fascínio diante das possíveis benesses proporcionadas pela implementação de uma agenda criativa em contextos desenvolvidos muitas vezes faz com que se desconsiderem outros elementos vinculados ao contexto econômico desses países. É um erro recorrente pensar a pauta setorial desconsiderando a ecologia institucional e empresarial circundante.

O setor criativo depende e se associa umbilicalmente aos demais setores produtivos de um país ou região, dependência esta que só se acentua à medida que a dimensão digital avança. Podemos ampliar ainda mais o argumento propondo que o avanço sustentável da pauta criativa depende de toda uma constelação de fatores que, em última análise, se encontram externos ao

núcleo criativo. Apoio por meio de sistemas de inovação, estruturas de financiamento flexíveis e compatíveis com os modelos de negócio do setor, além das já discutidas demandas de investimento em infraestrutura de telecomunicações: são estes alguns dos exemplos das necessidades transversais do segmento.

Novamente, não temos aí nenhuma exclusividade do contexto emergente, já que todos esses desafios se apresentam também nos países desenvolvidos. A hipótese a ser testada é, nesse sentido, em que medida as particularidades da ecologia institucional e empresarial nos países em desenvolvimento comprometem a implementação da pauta criativa digital.

(iii) *Economia Criativa e Economia de Escala*: A condição emergente levanta um último aspecto a ser mencionado: as limitações de ganhos de escala decorrentes do menor poder aquisitivo local e, consequentemente, da relativa estreiteza da capacidade de maturação exclusivamente nos mercados domésticos.

A despeito de seu reconhecido caráter local, a Economia Criativa não foge à regra geral e tem, também ela, potencialidades advindas dos ganhos de escala. Novamente, essa situação se evidencia com mais clareza quando pensamos em subsegmentos como o audiovisual ou as TICs. Embora sejam estes os setores geradores de produtos e serviços de maior valor agregado, são também os que incorrem em mais custos.

Em muitos casos, a matriz de custos é tão onerosa que a viabilidade econômica da atividade não se sustenta exclusivamente no mercado doméstico, sendo fundamental a expansão internacional. Se as atividades criativas já encontram dificuldades de sustentação nos mercados locais, dadas as dificuldades já apresentadas acima, não há por que imaginar que a situação seja distinta nos mercados globais.

A completa avaliação sobre o desenvolvimento da pauta criativa nos contextos emergentes precisa, portanto, também levar em conta esses condicionantes estruturantes. Se o desenvolvimento do setor pressupõe a produção em escala ampliada e se esta se realiza mediante a expansão internacional, a plena maturidade da área envolve uma transformação sem precedente na ecologia econômica internacional.

De uma reflexão individualizada sobre os desafios da economia criativa num mundo crescentemente digital atingimos algumas das mais abrangentes questões da Economia Internacional. De uma pauta local partimos para discussões sobre a divisão internacional do trabalho. Mais do que um simples exercício acadêmico, refletir sobre as dificuldades da economia criativa e seu substrato digital no contexto emergente é se embrenhar na discussão dos caminhos da multipolaridade e do capitalismo no século XXI.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE. *Informe de acompanhamento de mercado:* TV Paga. Rio de Janeiro: Superintendência de Análise de Mercado da ANCINE, 2015. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2014/Programacao/Informe_TvPaga_2014_versaopublicacao.pdf>. Acesso em: 04 ago 2015.

ALCATEL-LUCENT. *Video shakes up the IP Edge*: extended - A Bell Labs study on rising video demand and its impact on broadband IP networks. Bell Labs, 2012. Disponível em: <http://www3.alcatel-lucent.com>. Acesso em: 04 ago 2015.

BAKHSHI, Hasan; HARGREAVES, Ian; MATEOS-GARCIA, Juan. *A Manifesto for the creative economy*. London: NESTA, 2013.

IDC. *Barômetro Cisco de Banda Larga 2.0*. IDC. 2013. Disponível em: http://www.cisco.com/web/BR/assets/docs/idc_barometro_2013_1h_brasil_v2013_10_28.pdf. Acesso em: 04 ago 2015.

GONÇALVES, Flávio Silva. Infraestrutura de acesso à internet banda larga em países continentais. In: SILVA, Sivaldo Pereira; BIONDI, Antonio (org). *Caminhos para universalização da internet banda larga: experiências internacionais e desafios brasileiros*. São Paulo: Intervozes, 2012. Cap 4., p.115-152.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE - MGI. *Infraestructure productivity: how to save $1 Trillion a year*. McKinsey Global Institute, 2013.

1 A implementação da cobertura 4G segue em cronograma da ANATEL. O compromisso é que até dezembro de 2017 todos os municípios com até 30 mil habitantes possuam a tecnologia.

2 "O nível de acesso à banda larga e as iniciativas em curso para ampliá-lo variam significativamente nas diversas experiências internacionais. Entre as principais justificativas para ampliar a infraestrutura de acesso está um relatório do Banco Mundial, onde se afirma que o aumento de dez pontos percentuais nas conexões de Internet em banda larga de um país corresponde a um crescimento adicional de 1,3% do seu Produto Interno Bruto. (...). O mesmo estudo aponta que, para um investimento de 5 bilhões de dólares em infraestrutura de telecomunicações, são criados de 100 a 250 mil empregos diretos e algo em torno de 2,5 milhões de empregos indiretos" (GONÇALVES, 2012, p.115).

(*) Graduado em Ciências Econômicas e Doutor em História Econômica pela USP. Trabalha com temas ligados à Economia da Cultura, Economia Criativa e Economia da Tecnologia, da Informação e Comunicação (TICs). (E-mail: julio.moraes@usp.br).

economia & história

Little Boy & Fat Man: Saída da Segunda Grande Guerra ou Entrada na Guerra Fria?

Luciana Suarez Lopes(*)
José Flávio Motta(**)

Cada um dos três principais países vitoriosos emergiu da Segunda Guerra Mundial confiante na crença de que seu papel fora decisivo para a vitória. [...] A Grande Aliança, expressão cunhada por Churchill para enobrecer as relações entre Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética durante a guerra, sempre foi um grande fingimento; foi uma ficção necessária para dar a impressão de que as três potências travaram a guerra numa iniciativa compartilhada e com propósitos comuns.

(HASTINGS, 2012, p. 681).

Neste mês de agosto de 2015 completam-se 70 anos da utilização das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. No dia 06 de agosto de 1945, às 8h15, o bombardeiro B-29, batizado *Enola Gay*, soltou a primeira das bombas, apelidada de *Little Boy*, na cidade de Hiroshima.[1] Instantaneamente, cerca de 70 mil pessoas, sem distinção de sexo e idade, perderam suas vidas, a maioria delas não diretamente envolvidas no conflito militar; outras 70 mil pessoas foram seriamente feridas. Três dias depois, aos 09 de agosto às 11h04, outra aeronave, a *Bock's Car*, soltou uma segunda bomba, *Fat Man,* sobre a cidade de Nagasaki.[2] Desta feita, os mortos ultrapassaram a cifra de 40 mil e os feridos alçaram-se a seis dezenas de milhares. Nos meses subsequentes, em consequência da radiação, as mortes continuaram. Estima-se que, no final de 1945, os mortos em Hiroshima totalizavam 140 mil; cinco anos depois esse número aumentou para 200 mil. Esse ritmo crescente foi também registrado em Nagasaki: em janeiro de 1946 os mortos somavam 70 mil, chegando a 140 mil com o passar dos anos (cf. GOSLING, 2010, p. 96-97).

Na época, a principal justificativa para o lançamento das bombas era a perspectiva de se acelerar a rendição do Japão e terminar de

fato a Segunda Grande Guerra. Afinal, o conflito no continente europeu chegara ao fim em maio de 1945, com a rendição da Itália e da Alemanha, ao passo que a guerra no Pacífico continuou nos meses seguintes.

Antes mesmo do final oficial do confronto na Europa os estadunidenses intensificaram suas atividades no Pacífico, desembarcando na ilha de Okinawa em abril de 1945. No início, sem encontrar grande resistência, as tropas avançaram rapidamente, mas ao chegarem ao sul da ilha depararam-se com uma verdadeira fortaleza:

> (...) o assalto inicial não encontrou resistência. Os japoneses tinham aprendido as lições de batalhas anteriores nas ilhas, e recuaram para fora do alcance do bombardeio naval; só depois de uma semana de escaramuças no interior do país as tropas americanas depararam-se com intenso fogo de metralhadoras e de artilharia. O sul de Okinawa fora transformado numa fortaleza, com sucessivas linhas de posições profundamente entrincheiradas em terreno elevado. Nas 24 horas seguintes, o 24º Corpo de Exército dos Estados Unidos recebeu quatorze mil granadas. (...) Em seus primeiros 24 dias em Okinawa, a divisão avançara 22.860 metros e calculava ter matado quase cinco mil japoneses; nos dezesseis dias seguintes, ganhou apenas 2.290 metros. (HASTINGS, 2012, p. 663)

Ficou claro que os japoneses não pretendiam se render, não obstante sua situação de desvantagem. Para muitos estrategistas militares, o Japão

> (...) lutaria até o último alento, mesmo vendo-se cercado e em situação insustentável. Muitos temiam a tarefa custosa de invadir o Japão e realizar uma limpeza das forças japonesas espalhadas pelo continente asiático. Acreditavam que tais operações prolongariam a guerra por mais um ano. Submarinos norte-americanos já haviam, em 1944, destruído todas as embarcações japonesas. (...) [A] tecnologia antiaérea japonesa não estava à altura dos aviões aliados. (COGGIOLA, 1995, p. 145)

A conquista de Okinawa demorou intermináveis 82 dias, resultando em milhares de mortes. O episódio deixou claro que uma possível invasão ao território japonês seria extremamente custosa. Ao findar o conflito na ilha

> (...) as baixas do exército e dos fuzileiros navais totalizavam 7.503 mortos e 36.613 feridos, além de 36 mil [baixas-LSL/JFM] sofridas fora de combate, na maioria casos de trauma de guerra. Adicionalmente, a marinha americana teve 4.907 mortos e mais de oito mil feridos. Quase toda a força defensora em terra firme pereceu, juntamente com milhares de nativos de Okinawa (...). (HASTINGS, 2012, p. 667)

Mas teria sido de fato a perspectiva de evitar mortes de soldados aliados numa possível invasão ao Japão o motivo por trás da decisão de se lançar as bombas em Hiroshima e Nagasaki? Durante muitos anos, essa foi a versão oficial para os fatos. O argumento de salvar vidas estava tão presente no imaginário popular que foi reproduzido em inúmeras cartas trocadas tanto por civis como por militares em serviço no período. Por exemplo, Judy Barrett Litoff, em interessante estudo publicado em 2009, verificou que a mencionada justificativa oficial para a utilização das bombas aparecia de forma frequente em sua fonte documental, a correspondência escrita por mulheres durante a guerra:

> The official justification for the use of the bomb, that it would shorten the war and save lives, was frequently echoed in women's wartime correspondence. For example, military women were quick to point out that the anticipates speedy end to the war would mean that their discharge from the service and reunion with loved ones would come about sooner than they had expected. (...) Civilian women, like their military counterparts, also welcomed the news of the atomic bomb and Russia`s entry into the war against Japan because they, too, believed that this would result in the saving of many lives, the com-

> ing of peace, and speedier reunions with loved ones. (LITOFF, 2009, p. 92-93)

Harry Truman, empossado presidente dos Estados Unidos em abril de 1945, após a morte de Franklin Roosevelt, em carta datada aos 05 de agosto de 1963 e destinada a Irv Kupcinet, colunista do *Chicago Sun Times*, fez as seguintes afirmações sobre a utilização dos artefatos nucleares, por ele autorizada cerca de duas décadas antes:

> Dear Kup:
>
> (...)
>
> (...) the dropping of the bomb was completely and thoroughly explained in my Memoirs, and it was done to save 125.000 youngsters on the American side and 125.000 on the Japanese side from getting killed and that is what it did. It probably also saved a half million youngsters on both sides from being maimed for life.
>
> (...)
>
> I knew what I was doing when I stopped the war that would have killed a half million youngsters on both sides if those bombs had not been dropped. I have no regrets and, under the same circumstances, I would do it again - and this letter is not confidential. (TRUMAN, 1963)[3]

A decisão de se utilizar uma arma tão polêmica como destruidora foi sempre questionada e discutida. Com o intuito de explorar nesta crônica algo desse questionamento, convém expandir o escopo de nossa análise, revisitando, ainda que sucintamente, não apenas a administração de Harry S. Truman, mas também a de seu antecessor, Franklin D. Roosevelt. Foi no governo deste último que começou o Projeto Manhattan e que foram definidas as linhas gerais de uma incipiente política nuclear. Foi também a administração Roosevelt a responsável por excluir a União Soviética do projeto, pois *"he* [o presidente-LSL/JFM] *never fully trusted the Soviet Union"* (BERNSTEIN, 1976, p. 203).

> Acting on the assumption that the bomb was a legitimate weapon, Roosevelt initially defined the relationship of American diplomacy and the atomic bomb. He decided to build the bomb, to establish a partnership on atomic energy with Britain, to bar the Soviet Union from knowledge of the project, and to block any effort at international control of atomic energy. These policies constituted Truman's inheritance - one he neither wished to abandon nor could easily escape. He was restricted politically, psychologically, and institutionally from critical reassessing this legacy. (BERNSTEIN, 1975, pp. 23-24)

Não se pode dizer que os soviéticos desconheciam o projeto de desenvolvimento de uma arma nuclear por parte dos estadunidenses, mas foi somente após os ataques de agosto de 1945 que grandes esforços foram feitos por Stalin para que a União Soviética também possuísse esse tipo de bomba, o que se concretizaria alguns anos depois, em 1949.

Cientistas e acadêmicos soviéticos vinham, desde o final da década de 1930, tentando organizar um programa de pesquisa nuclear, intuito que foi interrompido no início da década de 1940 por conta da invasão alemã. Não obstante, uma comissão chegou a ser criada para discutir as implicações científicas e práticas da utilização do urânio como fonte de energia (cf. HOLLOWAY, 1981, p. 166).

Durante a guerra, a organização de um programa nuclear exigiria um montante de recursos não possuído pela URSS, pois o financiamento da produção de armamentos tradicionais e o treinamento de novas tropas eram considerados mais importantes e necessários naquele momento. Um jovem físico soviético, ao solicitar a continuidade das pesquisas recebeu a seguinte resposta: *"there were too many pressing needs for resources to be diverted to such a long-term projecto as the uranium bomb"* (HOLLOWAY, 1981, p. 172-173).

Mesmo considerando as circunstâncias de relativa escassez de recursos, o governo soviético de-

cidiu, em 1942, diante das evidências de que programas nucleares estavam sendo desenvolvidos tanto pela Alemanha como pelos Estados Unidos, dar início ao seu próprio programa atômico.

> The decision to launch an atomic bomb projecto was taken by the Soviet Union at one of the most difficult periods of the war. When the State Defence Committee issued its decree at the end of 1942, the ferocious battle for Stalingrad was being waged, Leningrad was locked in a horrifying siege (...) The more one thinks of the circumstances, the more the atomic decision stands in need of explanation.
>
> (...)
>
> The key factor in the atomic decision of 1942 was Soviet knowledge of the German and American work on the bomb. (HOLLOWAY, 1981, p. 174-175 e 176)

Nesse contexto, a decisão da URSS de investir pesadamente no programa atômico, a partir dos ataques ao Japão em agosto de 1945, justificou-se pelo fato daquele episódio ter deixado claro que os Estados Unidos possuíam a bomba e não hesitariam em utilizá-la mesmo em circunstâncias discutíveis. Para os soviéticos, os ataques a Hiroshima e Nagasaki atestavam não só a potência das bombas, ou o poderio bélico alcançado pelos Estados Unidos,

> (...) but also that the United States was willing to use it in circumstances that did not seem absolutely to require it. Aleksandrov, one of Kurchatov's first colleagues in the atomic project, has written that the use of the bombs against Japanese cities could have had only one purpose: "to show the world that the USA would not stop at using nuclear weapons for the attainment of its political objectives". (HOLLOWAY, 1981, p. 184)[4]

A vinculação da utilização das bombas a objetivos políticos foi destacada, por exemplo, por Sidney Lens. Na visão desse autor, em livro publicado originalmente em 1971, o desempenho soviético durante a guerra na Europa e seu possível envolvimento iminente na guerra do Pacífico poderiam colocar a URSS em posição privilegiada no pós-guerra, no que respeita à sua influência política:

> Há razões para crer que a bomba atômica não teria sido usada em 1945, não fosse o desejo de ameaçar a União Soviética. (...) Existe, até hoje, uma veemente controvérsia, mesmo entre personalidades do *establishment*, sobre se a bomba deveria ou não ter sido lançada. Será que isso realmente salvou "milhões de vidas", como Truman declarou de início, ou mesmo "as vidas de 200 mil soldados americanos", conforme sua estimativa revista em 1949? Ou foi descarregada sobre duas cidades indefesas simplesmente como uma ilustração do poder americano e, sobretudo, como um aviso à União Soviética? (LENS, 2006, p. 509, itálico no original)[5]

Os ataques ao Japão sem dúvida anteciparam o final da guerra, mas o debate sobre a sua real necessidade ainda persiste. Evidências encontradas em documentos oficiais e mensagens telegráficas fundamentam de forma clara a ideia de que a rendição japonesa seria apenas uma questão de tempo:

> By mid-summer 1945 Admirals King and Leahy, air force general Curtis LeMay, army air force general Henry Arnold, and General Douglas MacArthur agreed that an invasion of Japan was not necessary. *"It always appeared to us"*, said General Arnold, *"atomic bomb or no atomic bomb, the Japanese were already on the verge of collapse"*.
>
> *"The use of this barbarous weapon at Hiroshima and Nagasaki was of no material assistance in our war against Japan"*, said Admiral Leahy. "*The Japanese were already defeated and ready to surrender because of the effective sea blockade and the successful bombing with conventional weapons"*. (WAINSTOCK, 2011)

Mesmo sendo considerada uma questão de tempo, a rendição japonesa não tinha uma data para acontecer, o que implicaria a continuidade do conflito até que se

obtivesse a rendição incondicional do Japão. E, pela constituição japonesa, o imperador somente poderia decidir encerrar a guerra quando os dirigentes do exército, da marinha e a elite política civil assim o sugerissem (cf. HASTINGS, 2012, p. 672).

> Objetivamente, estava claro para os Aliados que a derrota do Japão era inevitável, por razões tanto militares quanto econômicas, e que, portanto, o uso de armas atômicas seria desnecessário. Mas a perspectiva de ser obrigado a manter a luta contra bolsões de resistência fanática em toda a Ásia durante meses, talvez anos, era assustadora. (...) Alguns dos que hoje criticam com veemência o uso das bombas ignoram o fato de que cada dia de guerra a mais significava que prisioneiros e escravos do império japonês na Ásia continuariam a morrer aos milhares. (HASTINGS, 2012, p. 671)

Não obstante, a utilização do poder nuclear como arma de guerra pelos Estados Unidos e a reação da União Soviética no sentido da obtenção do mesmo poderio foram elementos geradores da nova distribuição bipolar do poder após o segundo conflito mundial:

> De fato, já nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial, afirma-se, com clareza, a posição de poder dos Estados Unidos e da União Soviética diante de uma Europa prostrada, de um Japão derrotado e de uma China que começa a viver violenta convulsão interna. Assim, nenhum analista levantará dúvidas sobre a natureza bipolar do sistema. (...) O que os EUA e a URSS tinham, diferentemente dos demais, era uma enorme capacidade de destruição dada pelos arsenais nucleares. (FONSECA JR., 1995, p. 130)

Justificados como uma maneira de se antecipar o encerramento da guerra e dessa forma poupar vidas, ou interpretados como uma demonstração do poderio nuclear dos Estados Unidos passível de instrumentalização política, os ataques atômicos a Hiroshima e Nagasaki marcaram de forma indelével a história da humanidade, e suas consequências ainda hoje impressionam e entristecem. Retomando o comentário de Max Hastings escolhido para epígrafe desta crônica, a não mais que aparente coesão dos Aliados não teria como se sustentar, e aquele poderio estadunidense, aliado à ação soviética, conduziram o mundo à loucura da corrida armamentista e à Guerra Fria. E este resultado, ademais, acabou por frustrar a eventual intenção de os Estados Unidos assegurarem, naquele momento, uma posição de supremacia mundial sem contestação. Valendo-nos uma vez mais das palavras de Gelson Fonseca Jr.,

> A capacidade de destruição aumenta a um ponto tal que ultrapassa de muito as necessidades de segurança em seu sentido estrito [é o impasse da MAD, *mutual assured destruction*-LSL/JFM]. (...) Uma consequência é a de que, em boa medida, a lógica nuclear se desliga da lógica política. O emprego da ameaça nuclear como instrumento de *intimidação* do adversário, em questões específicas, se dilui. (FONSECA JR., 1995, p. 132, itálicos no original)

Sim, os bombardeios no Japão foram decisões impressionantes com resultados marcadamente tristes e com justificativa discutível. A transcrição do trecho seguinte, do livro intitulado *Black Rain*, de autoria de Masuji Ibuse, parece-nos adequada para encerramento deste texto. Ibuse, escritor japonês nascido em 1898 na vila de Kamo, hoje pertencente a Fukuyama, na região de Hiroshima, escreveu *Black Rain* em 1966. É contundente a caracterização da cidade vitimada por *Little Boy* naqueles dias iniciais de agosto de 1945, inserida pelo escritor no diário mantido por um de seus personagens, sobrevivente do bombardeio:

> August 6
>
> Mr. Nojima came in his truck at 4:30 to take our belongings to the country. At Furue there was a great flash and boom. Black smoke rose up over the city of Hiroshima like a volcanic eruption. (...) Aunt Shigeko

> was unhurt, Uncle Shigematsu injured on his face. An unprecedented disaster, but it is impossible to get any overall picture. The house is tilting at an angle of about 15 degrees, so am writing this diary at the entrance to the air raid shelter.
>
> August 7
>
> (...) Hiroshima is a burnt-out city, a city of ashes, a city of death, a city of destruction, the heaps of corpses a mute protest against the inhumanity of war. (IBUSE, 1988)

Referências

BERNSTEIN, Barton J. Roosevelt, Truman, and the atomic bomb, 1941-1945: a reinterpretation. *Political Science Quarterly*, v. 90, n. 1, p. 23-69, 1 abr. 1975.

_____. The uneasy alliance: Roosevelt, Churchill, and the atomic bomb, 1940-1945. *The Western Political Quarterly*, v. 29, n. 2, p. 202-230, 1 jun. 1976.

COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Xamã, 1995.

FONSECA JR., Gelson. O sistema internacional gurante a Guerra Fria. *Revista USP*, n. 26, pp. 128-137, junho/agosto 1995.

GOSLING, Francis G. *The Manhattan Project: making the Atomic Bomb.* [s.l.]: United States Department of Energy, january 2010.

HASTINGS, Max. *Inferno: O mundo em guerra 1939-1945.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

HOLLOWAY, David. Entering the nuclear arms race: the soviet decision to build the atomic bomb, 1939-45. *Social Studies of Science*, v. 11, n. 2, p. 159-197, 1 maio 1981.

IBUSE, Masuji. *Black Rain*. Translated by John Bester. [kindle edition] New York: Kodansha International, 1988.

LENS, Sidney. *A fabricação do império americano: da Revolução ao Vietnã : uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITOFF, Judy. B. Over the radio yesterday, I heard the starting of another war. In: MARINER, R. B.; PIEHLER, G. K. (eds.). *The atomic bomb and American society: new perspectives*. Knoxville: University of Tennessee Press, p. 89-99, 2009.

TRUMAN, Harry. S. *Correspondence between Irv Kupcinet and Harry S. Truman.* Independence, 1963. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/flip_books/index.php?pagenumber=1&titleid=236&tldate=1963-07-30&collectionid=ihow&PageID=-1&groupid=3707>. Acesso em: 03 ago 2015.

WAINSTOCK, Dennis. D. *The decision to drop the atomic bomb: Hiroshima and Nagasaki, August 1945.* [s.l.] Enigma Books, 2011.

1 *Little Boy* era uma bomba atômica de urânio, com aproximadamente 3 metros de comprimento, cerca de 0,71 metro de largura e massa de aproximadamente 4.400kg. O urânio utilizado em sua fabricação, correspondente a menos de 1% do peso da bomba, foi enriquecido no âmbito do Projeto Manhattan, em Oak Ridge, no Tennessee.

2 *Fat Man* era uma bomba nuclear de plutônio, medindo aproximadamente 2,3 metros de comprimento e 1,52 metro de diâmetro, pesando 4,545kg. Esse plutônio, também enriquecido no bojo do Projeto Manhattan, pesava pouco mais de 6 quilos, assemelhando-se a uma bola de tênis.

3 Em julho de 1963, Kupcinet publicara uma coluna expressando sua posição favorável à decisão de Truman em agosto de 1945, coluna esta que gerou a citada correspondência do presidente.

4 Kurchatov e Aleksandrov eram físicos e participavam do programa atômico soviético. Igor Kurchatov foi pioneiro no estudo da fissão nuclear na antiga URSS e um dos líderes do mencionado programa atômico.

5 *"A história completa da razão para a bomba ter sido lançada será conhecida um dia, mas, já hoje, está bem claro que a administração Truman esperava dividendos principalmente políticos de seu uso, mais que militares. Quando Roosevelt, Stalin e Churchill encontraram-se em Ialta, em fevereiro de 1945, a bomba ainda não havia sido testada e sentia-se que, para uma vitória na Ásia, a infantaria soviética logo seria indispensável."* (LENS, 2006, p. 510).

(*) Professora Doutora da FEA/USP. (E-mail: lslopes@usp.br).
(**) Professor Livre-Docente da FEA/USP. (E-mail: jflaviom@usp.br).

Influências que Abriram Caminhos: Roberto Simonsen e A Perspectiva Histórica

Luiz Felipe Bruzzi Curi (*)

Patrono do industrialismo paulista e líder empresarial nacional, autor de obra fundante na historiografia econômica brasileira, defensor incisivo do planejamento econômico, antagonista ideológico de Eugênio Gudin – Roberto Simonsen (1889-1948) foi um homem de múltiplas atuações, cuja memória é reivindicada ainda hoje por entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que nomeou seu centro de pesquisas como "Instituto Roberto Simonsen". Ademais, o Dia da Indústria, oficialmente instituído em 1958 no Brasil, é comemorado no dia do falecimento de Simonsen: 25 de maio.

A vida e a obra de R. Simonsen têm sido visitadas com alguma frequência pela historiografia brasileira, quando o tema é o industrialismo e as origens do desenvolvimentismo, como corrente ideológica e como programa de política econômica. A colocação clara de Simonsen no rol dos "industrialistas brasileiros", homens de pensamento e ação que se engajaram no processo de constituição de um setor fabril nacional, remonta aos trabalhos de Heitor Ferreira Lima (1963) e, de alguma forma, ao estudo clássico de Nícia Vilela Luz (1975), das décadas de 1960 e 1970. Numa síntese mais recente, referente ao pensamento econômico no ciclo ideológico do desenvolvimentismo, Ricardo Bielschowksy (2000) apresentou Simonsen como precursor da linhagem desenvolvimentista, cuja produção intelectual teria, todavia, pairado sobre um "vazio teórico", sem incorporar os elementos analíticos produzidos nos anos 1950. Partindo de um ponto de vista político, Vera Cepêda (2003) analisou a trajetória de Simonsen no âmbito das contradições da ideologia industrial no Brasil, com foco nos anos 1930. Já Fábio Maza (2004) focalizou outro importante aspecto do legado simonseniano: suas vinculações com o discurso científico, expressas no conceito de "idealismo prático", que condicionavam e legitimavam suas propostas de pensamento e ação.

A partir de novas pesquisas primárias e desse legado historiográfico, revisitei esse objeto de estudo, em dissertação recentemente publicada com o título *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. O presente artigo apresenta, de forma sumária, alguns resultados desse trabalho, cujo objetivo principal foi entender o pensamento econômico de Simonsen no entrecruzamento de influências ideológicas e políticas, não só no Brasil, mas no âmbito internacional: nesse sentido, procurou-se situar sua contribuição intelectual nos quadros de processos mais amplos de difusão internacional de ideias econômicas. (BRUZZI CURI, 2015).

1 Da modernização ao Pensamento Econômico Nacionalista

Embora tenha nascido no Rio de Janeiro, Roberto Simonsen se reconhecia como paulista. Era descendente de família abastada, de origem britânica: seu avô Wallace da Gama Cochrane, provável fonte de inspiração profissional, era um engenheiro atuante no setor ferroviário. Uma das empresas em que Simonsen trabalhou no início de sua carreira foi a "São Paulo Railway", de grande importância a partir do final do século XIX, por conectar Santos a Jundiaí, permitindo o escoamento da produção cafeeira.

A vida intelectual de Simonsen foi muito relacionada com sua carreira de engenheiro e industrial. Seus

primeiros textos, produzidos entre os anos 1910 e 1920, têm um caráter particular, que os diferencia das publicações dos anos 1930 e 1940. Pode-se expressar essa diferença contrastando duas fases do pensamento econômico de Simonsen, relacionadas com as vicissitudes históricas que o Brasil atravessava na época: a primeira fase seria associada à "modernização" e a segunda ao "pensamento econômico nacional". (BRUZZI CURI; SAES, 2014).

O termo modernização tem um significado peculiar nesse contexto, denotando o processo de superação de estruturas tradicionais que ocorreu no Brasil e em outros países periféricos. O advento da modernidade tem múltiplas implicações e admite interpretações muito diversas. Num sentido histórico-sociológico, a modernidade significa, de forma geral, a passagem de um mundo agrícola a um mundo urbano, da sociedade baseada na subsistência ao abastecimento por meio de manufaturas e unidades industriais, de mercados organizados pelo escambo à troca monetizada. Alguns intérpretes apontaram para o caráter limitado da transição que teve lugar em contextos periféricos como o Brasil: seu passado colonial e sua inserção periférica no mercado capitalista mundial, a partir de meados do século XIX, como exportador de café, decerto limitaram o escopo da modernidade brasileira, no início do século XX. A ideia de modernidade adquire, portanto, nesse período conhecido como *belle époque*, um sentido bastante ideológico, referindo-se à transposição de modelos estrangeiros de consumo e de convívio social, com pouca atenção aos desafios estruturais colocados às sociedades periféricas. Assim, pode-se separar os conceitos de modernidade e modernização. De acordo com Raymundo Faoro (1992, p. 8), modernidade é o projeto coletivo, que, envolvendo toda a sociedade, expande e revitaliza o papel das classes sociais, enquanto a modernização é o projeto de uma elite, a qual conduz a sociedade de forma a privilegiar-se, por meio da imitação de padrões culturais e econômicos, acessíveis somente a uma pequena fração do todo social.

O começo da vida profissional e intelectual de Simonsen está imbricado nesse projeto amplo de modernização. Graduou-se em 1909 pela Escola Politécnica de São Paulo, mais tarde integrada à USP. Fundada em 1894, essa instituição foi uma das poucas escolas de engenharia do Brasil à época; tinha o objetivo de produzir e transmitir conhecimentos técnicos não só no campo da engenharia, mas também em outros ramos científicos considerados como parte da formação, em São Paulo, de uma elite moderna, capaz de levar adiante o desenvolvimento econômico pelo qual passava o Estado, em consequência da produção cafeeira e da incipiente industrialização. Vale notar que a instituição modelo para a Politécnica foi o Instituto Politécnico de Zurique, na Suíça.

A cadeira chamada "Economia Política, Direito Administrativo e Estatística" no tempo em que Simonsen foi estudante de engenharia dava destaque para questões relacionadas com a organização científica da produção, do ponto de vista do capitalista individual. As aulas referiam-se a tópicos como os seguintes: como elevar a produção por meio do incremento na eficiência dos processos, como evitar "paredes de operários", dentre outros.[1] Era um conjunto de ideias econômicas relacionadas quase exclusivamente ao universo da empresa individual, estando ausentes do programa do curso especulações teóricas mais gerais e teorizantes. Os textos de Simonsen dos anos 1910 e 1920, muitos dos quais reunidos no livro *À margem da profissão* (1932), refletiam, ao menos em parte, o conhecimento veiculado pela instituição frequentada por Simonsen como estudante.

Tais escritos consistiam, em sua maior parte, em relatórios e discursos, nos quais Simonsen enfatizava a importância da administração científica e procurava mostrar que trabalhadores e capitalistas não necessariamente têm interesses opostos. Em suas palavras:

> Ha bastante tempo que me domina esse problema da organização industrial, – a organização scientifica, como a denominam os norte-ame-

> ricanos – que está sendo adoptada soffregamente pelos paizes mais adeantados, em todos os ramos de sua actividade, e que visa, em synthese: *a maxima economia na produção pela realização da maxima efficiencia*. (SIMONSEN, 1932, p. 17-21)

A preocupação em conciliar interesses de capitalistas e trabalhadores, em nome da produção eficiente e estável, estava presente num relatório da Companhia Construtora de Santos, de autoria de Simonsen, em 1919. Defendeu, na ocasião, que os industriais deveriam entender a insatisfação dos trabalhadores, "se não quizerem assistir ao entravamento da producção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias politicas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias economicas". (SIMONSEN, 1932, p 49).

Em 1919, Simonsen foi convidado pelo governo brasileiro a integrar a Missão à Inglaterra, cujo propósito era fortalecer os laços comerciais entre os dois países. O convite alçou Simonsen a uma experiência mais cosmopolita do que a proporcionada pelo dia a dia de suas empresas em Santos. Os discursos feitos por Simonsen na Grã-Bretanha refletiam que seu pensamento articulava-se com a hegemonia dos setores exportadores no Brasil: o objetivo da visita à Inglaterra era incrementar o comércio bilateral em setores tais como carne congelada, madeira e minerais. Em discurso sobre metalurgia, proferido em Swansea, Reino Unido, Simonsen reforçou o tipo de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, como país primário-exportador. "Nós viemos de um paiz reconhecidamente rico em minerios de toda sorte. Vós tendes a experiencia e o capital: nós, a materia prima e a ancia do progresso" (SIMONSEN, 1932, p. 85).

Nos anos 1920, alguns eventos tiveram impacto importante na produção intelectual de Simonsen. Diante de severas dificuldades financeiras em 1923-24, o governo federal tentou levantar um empréstimo externo de 25 milhões de libras. Contudo, os Rothschild, credores brasileiros em Londres, não concederiam o empréstimo sem antes enviar ao Brasil um "money doctor" em missão, com o objetivo de verificar a real capacidade do Brasil de fazer face à dívida a ser contraída. Essa missão, liderada por Edwin Montagu, visitou o Brasil em 1924 e foi destinatária de uma carta redigida por Simonsen. Nesse documento, pretendia convencer os credores britânicos que o Brasil preenchia as condições necessárias para receber a soma pleiteada pelo governo. Argumentou, todavia, que a solidez econômica do Brasil não poderia repousar somente sobre a posição monopolista que o país detinha, no mercado internacional de café. A economia deveria diversificar-se, por meio de setores como o algodoeiro e o manufatureiro. Defendeu uma política seletiva de importações, privilegiando itens como máquinas, ferro, aço e carvão. Tal sugestão tinha um duplo significado: selecionar importações era, por um lado, um meio de poupar divisas para pagar empréstimos externos como o que se queria contratar em Londres, mas, por outro lado, os produtos eleitos eram claramente insumos industriais, o que aponta para uma outra forma de pensar a economia brasileira, com vistas a sua evolução rumo à industrialização. (BRUZZI CURI; SAES, 2015).

Os anos 1920 podem ser vistos como um momento de transição no pensamento de Roberto Simonsen. Em seus textos até esse momento predominava um ideário associado à modernização, no sentido dado por Faoro: era necessário melhorar os processos produtivos, fomentar a produção, mas sem uma ideia clara de mudança estrutural na economia brasileira. Vale lembrar que a Companhia Construtora de Santos, de propriedade de Simonsen, estava envolvida em obras relacionadas com esse projeto modernizador da *belle époque*: um exemplo é o Palácio da Bolsa do Café, em Santos, construído pela Companhia. Como referência teórica, predominavam as ideias da administração científica, veiculadas por meio da obra de Taylor. A partir do final da década de 1920, os textos produzidos por Simonsen ganhariam novos contornos. Crescia sua importância como líder empresarial e diversificavam-se suas

preocupações intelectuais, num processo associado à transição que se operava no Brasil: a economia primário-exportadora, baseada no café, sofreria abalos significativos com a crise dos anos 1930, abrindo margem para que se intensificasse a industrialização substitutiva de importações.

2 História Econômica, Protecionismo e Planejamento

Em 1928, na inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), do qual foi cofundador, Simonsen fez um discurso que se tornou famoso como peça de defesa da industrialização brasileira. Vale lembrar que a fundação do CIESP marcou ruptura dos industriais paulistas com a Associação Comercial de São Paulo, a partir da constituição formal de um órgão representativo dos interesses específicos do capital industrial. O texto refutava a ideia de que a indústria brasileira era "artificial" – termo usado em sentido pejorativo, carregando a ideia de que as atividades fabris no Brasil eram dependentes de insumos importados e, portanto, não faziam parte de nossa "indústria natural", isto é, não estavam em conformidade com a vocação econômica original (agroexportadora) do Brasil.

Para desmontar esse argumento, Simonsen evocou, entre outras ideias, o exemplo histórico da Inglaterra. Destacou que, se a conceituação de indústria artificial *versus* natural fosse válida, então a Inglaterra não poderia ser considerada um país industrial, no sentido natural, pois importava 65% das matérias-primas utilizadas como insumos, sendo que, no Brasil, essa taxa era de 20%. "O industrialismo na Inglaterra teve o seu grande desenvolvimento com o monopólio que soube criar de abastecimento industrial às suas colônias" (SIMONSEN, 1973 [1928], p. 57). Não importava a origem dos insumos – o essencial era que o setor industrial tivesse um mercado para vender seus produtos. Ademais, Simonsen justificou sua defesa da indústria brasileira com argumentos nacionalistas: segundo ele, não seria dada a devida consideração política ao Brasil, "como nação independente" na cena internacional, a menos que possuísse um parque industrial eficiente. (SIMONSEN, 1973 [1928], p. 55).

A demarcação mais clara dos interesses industriais em São Paulo fez parte de um processo de diversificação econômica e inflexão política em curso no Brasil, na transição das décadas de 1920 e 1930. A crise de 1929 abalou os alicerces da economia agrária brasileira, a indústria ganhava importância e o mundo urbano, com suas classes médias e seu proletariado, adquiria papel relevante na sociedade: a Revolução de 1930 e ascensão de Vargas foram o marco político desse processo do qual Simonsen foi parte integrante, seja como líder empresarial, seja como pensador da realidade brasileira.

Dois traços gerais podem ser identificados nos textos de Simonsen, do final dos anos 1920 em diante, marcando a passagem da fase da modernização para a do pensamento econômico nacional. O primeiro, presente já no discurso de 1928, era a ideia de que os interesses da indústria eram coincidentes com os da nação como um todo. O segundo era a interpretação da história econômica do Brasil a partir desse ponto de vista nacionalista-industrialista. Movido por essa abordagem, Simonsen escreveu seu clássico *História econômica do Brasil* (1937), um abrangente e detalhado apanhado de nossa história econômica, dos princípios da colonização lusa até a Independência. Um exemplo da importância desse livro é o fato de que teria fornecido dados históricos e inspiração intelectual para Celso Furtado: isso é atestado pelas referências à obra de Simonsen, em *Formação econômica do Brasil*, de 1959.[2]

O livro foi o resultado da preparação do material didático para o curso de história econômica do Brasil, ministrado pela primeira vez em 1936 pelo próprio Simonsen, na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo. Essa instituição representava, em alguma medida, um projeto alternativo ao da recém-fundada Universidade de São Paulo. As mais importantes influências na articulação acadêmica

da USP foram intelectuais franceses como Fernand Braudel, Pierre Monbeig e Claude Lévi-Strauss, enquanto a ELSP foi estruturada por sociólogos americanos, trazidos por Simonsen e seus colegas para ensinar no Brasil. Simonsen foi o primeiro professor de história econômica do Brasil na instituição.

Na narrativa exposta em seu livro, Simonsen aplicou ao Brasil a abordagem cíclica, nos moldes daquilo que João Lúcio de Azevedo fizera para a história de Portugal. Conforme observa Flávio Saes (2009), essa interpretação cíclica da economia colonial do Brasil era coerente com as propostas industrializantes de Simonsen: os sucessivos ciclos econômicos da Colônia – pau-brasil, cana-de-açúcar e mineração aurífera – haviam sido fontes de riqueza abundante, porém efêmera. Nesse esquema, a economia ia bem enquanto o produto-rei pudesse ser exportado a bons preços no mercado internacional: quando a demanda caía, a economia se retraía e a riqueza rapidamente acumulada dilapidada com igual celeridade. Esse encadeamento de ideias implicava que uma economia baseada na exportação de produtos primários é, por natureza, instável e incapaz de superar a pobreza e o atraso. O fator que poderia mudar esse *status* primário-exportador ou colonial seria a industrialização.

Embora fosse crítico das políticas coloniais portuguesas que haviam retirado riquezas do Brasil, Roberto Simonsen elogiou as políticas "industrialistas" implementadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII. "Pombal resolveu atuar energicamente na economia portuguesa, procurando libertá-la do jugo inglês e criando para Portugal fontes estáveis de enriquecimento" (SIMONSEN, 1937, v. 2, p. 215). A questão central era que a manufatura e a indústria poderiam trazer riqueza ao país em bases regulares, superando o atraso e a pobreza, além de eliminar a dependência com relação à exportação de um único produto agrícola.

Muito esquematicamente, pode-se dizer que os principais temas em torno dos quais se articulou o pensamento econômico de Simonsen nos anos 1930 e 1940 foram o protecionismo e o planejamento econômico. Suas ideias sobre protecionismo foram influenciadas pelo já conhecido Friedrich List, referido no Brasil desde o século XIX pelos advogados da proteção alfandegária, bem como pelo economista romeno Mihail Manoilescu, este um autor contemporâneo, cujo livro Simonsen prefaciou, tendo patrocinado a tradução brasileira do mesmo, em 1931, por meio do CIESP. Em palestra proferida em 1931, Simonsen reconheceu List como importante fonte de inspiração e declarou-se adepto do protecionismo "científico" de Manoilescu. Na mesma conferência, utilizou-se de dados coletados pelo economista russo-americano Wladimir Woytinsky como meio para provar que a indústria é, em geral, mais produtiva do que a agricultura, em termos do produto gerado em relação aos fatores empregados. Na teoria da permuta internacional enunciada no livro de Manoilescu, o objetivo das nações deveria ser a elevação de seu "lucro médio nacional", reflexo da produtividade média nacional. Nesse sentido, o autor postulava que os países deveriam internalizar a indústria, atividade mais produtiva do que a agropecuária. (LOVE, 1998; BRUZZI CURI; SAES, 2015).

Simonsen foi eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1933, sendo reeleito para a Câmara Federal na legislatura seguinte, em ambos os casos como representante dos industriais paulistas. Embora seu mandato tenha sido curto, interrompido pela instituição do Estado Novo em 1937, Simonsen foi um parlamentar ativo enquanto atuou. Como defensor do protecionismo, assumiu posição radical contra o Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935, discutido e ratificado pelo Congresso Nacional em 1935. (LIMA, 2013). Ao longo desse debate parlamentar, Simonsen defendeu tarifas mais protecionistas e apropriou-se do conceito de "economia nacional", da maneira como o formulara o economista alemão Adolph Wagner, afirmando que se tratava da melhor maneira de conceitualizar a economia no momento. Nesse discurso, Simonsen mencionou outro economista alemão – o socialista-

-reformista Karl Rodbertus, defensor da intervenção do Estado na economia, como forma de conter crises de subconsumo por meio de políticas redistributivas. Simonsen recorreu a digressões históricas sobre as políticas econômicas da Inglaterra, França e, especialmente, dos Estados Unidos, para mostrar que esses países haviam adotado o protecionismo sempre que fora necessário salvaguardar suas próprias indústrias nacionais. Simonsen era abertamente contra a ratificação do tratado de livre-comércio, que poderia prejudicar os interesses dos industriais brasileiros, em particular os paulistas, que representava no Parlamento.

Simonsen ganhou fama como interlocutor importante no debate brasileiro sobre desenvolvimento econômico por suas contribuições à controvérsia do planejamento, produzidas entre 1944 e 1945 – de fato, a controvérsia pode ser considerada uma espécie de síntese do pensamento econômico de Simonsen. Sua proposta inicial era centralizar o planejamento econômico no Brasil, fazendo do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), do qual era membro, a entidade coordenadora da economia planejada. Essa ideia foi duramente contestada por Eugênio Gudin, economista liberal que associava o planejamento com o socialismo e alertava para os perigos autoritários contidos nessas propostas. Para além da discussão de tecnicalidades e estatísticas, que ocupam parte dos documentos constituintes da controvérsia do planejamento, o traço a ser destacado nas contribuições de Simonsen ao debate é a integração entre história e economia, que deu ao seu discurso condições de possibilidade. Simonsen criticava a abordagem de Gudin porque ela pressupunha uma "cristalização" das leis econômicas, vistas como válidas para qualquer país do mundo. (SIMONSEN, 2010 [1945], p. 154). O argumento central de Gudin era que a economia brasileira operava em pleno emprego; o problema era como alocar os recursos da maneira mais produtiva: como a agricultura era o setor mais eficiente, deveria ser a atividade-chave da economia. Num esquema como esse, uma transferência de trabalho de setores rurais para ramos industriais significaria tão-somente uma redução na produtividade geral da economia e escassez de braços na agricultura.

Conforme Simonsen, essa visão era equivocada: a posição do Brasil como economia agrária não era devida à sua inclinação natural, como país tropical, a essas atividades, mas à trajetória histórica específica que a economia brasileira tinha seguido. Mais precisamente, o atraso presente era, em grande medida, devido às políticas coloniais aplicadas por Portugal no período colonial e ao mencionado caráter cíclico da economia colonial, que legara ao Brasil muito pouco além de alguns surtos de criação de riqueza. Se a situação presente de atraso era resultante de uma evolução histórica – e não um destino inescapável determinado pelas leis universais da economia –, ela poderia ser superada no curso da história se outras estratégias de desenvolvimento econômico fossem adotadas. A história podia ser mudada – e o planejamento era a via para mudá-la, como meio de promover a industrialização integral. Para se defender das acusações, feitas por Gudin, de que a planificação econômica estava ligada ao socialismo e aos regimes autoritários, Simonsen lançou mão da obra de Carl Landauer, economista alemão radicado nos Estados Unidos, para argumentar que, pelo contrário, o planejamento era uma técnica, um instrumento de política econômica voltado para a redução das incertezas e para a manutenção da democracia, nas sociedades capitalistas. (SIMONSEN, 2010 [1945], p. 135).

A controvérsia do planejamento, ocorrida entre 1944 e 1945, foi publicada e republicada, entrando para a historiografia como marco do debate sobre economia brasileira em meados do século XX e granjeando a Simonsen a reputação de ser um dos fundadores da heterodoxia na ciência econômica brasileira. Esse destaque se deve ao tipo de perspectiva e às referências adotadas. Seu discurso articulou-se a uma reflexão sobre história econômica e a referenciais teóricos como Manoilescu e Landauer, que respondiam aos anseios

da indústria em ascensão e davam conta do papel do Estado nacional, cujo protagonismo econômico foi reforçado nos anos Vargas (BRUZZI CURI; CUNHA, 2015).

O posicionamento político-ideológico mais geral de Simonsen nos anos 1930 e 1940, aparente nos discursos parlamentares, no debate com Gudin e em vários outros textos, era similar ao dos economistas pertencentes à Escola Histórica Alemã, particularmente os ligados à *Verein für Sozialpolitik* – associação de tendências social-democratas, que reuniu economistas alemães a partir de sua fundação, em 1873. A agremiação passou a apoiar abertamente o protecionismo econômico em 1879, quando Otto von Bismarck instituiu uma política comercial cujo objetivo principal era reservar o mercado germânico à crescente indústria nacional. À maneira dessa linhagem de economistas, Simonsen rejeitava o liberalismo representado pela "escola de Manchester", ao mesmo tempo que repudiava o socialismo e o comunismo. Em sua visão, o Estado deveria atuar em nome da nação – e não de uma só classe. Esse nacionalismo, por sua vez, era fortemente influenciado pela perspectiva de classe do capitalista industrial: a industrialização era vista como a chave para o desenvolvimento da nação. Roberto Simonsen foi eleito senador em 1947, representando o Estado de São Paulo. Faleceu em 1948: seus obituários dão mostra de uma reputação de "grande homem", reconhecido como industrial, político e intelectual.[3]

3 À Guisa de Conclusão

A partir desse bosquejo histórico sobre o pensamento econômico de Simonsen, fica claro que Simonsen foi um pensador de múltiplas referências: o protecionismo de List e de Mihail Manoilescu, a abordagem cíclica de João Lúcio de Azevedo, a sociologia dos norte-americanos na fundação da ELSP, o reformismo de Rodbertus, a economia nacional de Adolph Wagner, o planejamento instrumental de Carl Landauer – enfim, se Simonsen não aderiu a uma linhagem teórica única, não me parece acurado dizer que sua obra pairou sobre um "vazio teórico", como formulou Ricardo Bielschowsky (2000). Houve uma busca constante por referências teóricas diversas, num percurso que se inicia com as preocupações relacionadas à modernização e vai sendo marcado pela articulação de temas relacionados aos desafios presentes da economia brasileira – industrialização, atraso, planejamento – com a história econômica do Brasil.

Nesse sentido, pode-se avançar que o principal aporte de Simonsen como pensador da economia no Brasil talvez seja seu pendor para a história como forma de abordar problemas econômicos. Seu pensamento distinguia-se das tradições clássica e neoclássica em economia por recusar o estabelecimento de leis econômicas abrangentes. Trata-se de uma empreitada intelectual que possui afinidades com o projeto dos economistas historicistas alemães. Conforme Abelshauser (2004, p. 27), enquanto o pensamento neoclássico buscava uma teoria da modernidade econômica presente, a Escola Histórica procurava uma explicação da evolução rumo a uma economia moderna, das implicações culturais e institucionais dessa transição, bem como dos desafios e estratégias de política econômica envolvidos no processo. Nesse sentido, Simonsen propôs, no Brasil, um tipo de reflexão econômica voltada para o problema do desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. E essa proposta foi frutífera, do ponto de vista da construção de um pensamento econômico brasileiro: a obra de Celso Furtado é um bom exemplo disso.

Referências

1. *Bibliografia Primária: Textos de Simonsen*

À margem da profissão. São Paulo: Ed. São Paulo, 1932.

Historia economica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

"O planejamento da economia brasileira – Réplica ao Sr. Eugênio Gudin". In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio; VON

DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3a. ed. Brasília: IPEA, 2010.

"Orientação industrial brasileira". In: *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. (org. Edgar Carone).

2) Bibliografia Secundária

ABELSHAUSER, Werner. L'école historique et les problèmes d'aujourd'hui. In: BRUHNS, Hinnerk (org.). *Histoire et économie politique en Allemagne de Gustav Schmoller à Max Weber*. Paris: Maison des sciences de l'homme, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe; SAES, Alexandre Macchione. Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira República. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 2, 2014.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe; CUNHA, Alexandre Mendes. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-1945). *America Latina en la Historia Económica*, año 22, n. 3, 2015.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe; SAES, Alexandre Macchione. "Cuestionando las ortodoxias: Roberto Simonsen y Wladimir Woytinsky en el ambiente intelectual del período de entreguerras". *Investigaciones de Historia Económica*, avance online, 2015.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: Alameda, 2015.

CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses.* Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH/USP, 2003.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados,* v.6, n.14, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Danilo Barolo Martins de. A hegemonia como processo: elite burocrática, ideias econômicas e a conformação de grupos de interesse sobre o Tratado de Comércio Brasil-EUA (1935). *História Econômica & História de Empresas*, v. 16, n. 2, 2013.

LIMA, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo: Edaglit, 1963.

LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação.* São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959-2009)*. São Paulo: Atlas, 2009.

1 Programa da Quinta Cadeira do Terceiro Ano do curso de Engenharia Civil. – 1913. Arquivo Histórico da Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. Fundo: Escola Polytechnica (1892-1934). Caixa 19.

2 Furtado (2007 [1959], p. 77) referiu-se ao trabalho de Simonsen com as seguintes palavras: "As cifras relativas à produção de açúcar na época colonial, que aparecem em obras de cronistas, visitantes, informes oficiais portugueses e holandeses, bem como em trabalhos de estudiosos da matéria, nacionais e estrangeiros, foram cuidadosamente escrutinadas por Roberto Simonsen. Os dados que servem de base aos cálculos e estimativas que aparecem no texto foram todos colhidos na obra desse grande pesquisador da história econômica do Brasil".

3 Ver, como exemplo, o jornal *Folha da Manhã,* 26/05/1948.

(*) Doutorando em História Econômica (FFLCH/USP).
(E-mail: luizfelipelfbc@gmail.com).

Sobre a Introdução da Cafeicultura na Região da Antiga São Sebastião do Ribeirão Preto, Década de 1860

Luciana Suarez Lopes (*)

O presente artigo tem como objetivo discutir a introdução da cultura cafeeira na região da antiga freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto, atual cidade de Ribeirão Preto. Conhecida mundialmente no final do século XIX por sua produção cafeeira, Ribeirão Preto exemplifica o que se veria em muitas cidades paulistas oitocentistas. Inicialmente voltada à produção de gêneros de subsistência para autoconsumo e comercialização de excedentes, vai pouco a pouco sendo absorvida pela fronteira cafeeira em constante expansão. Mas quem teriam sido os primeiros cafeicultores ribeirão-pretanos?

O atual município de Ribeirão Preto está localizado no nordeste do Estado de São Paulo, distante cerca de 330 km da capital do Estado. A vila de São Simão foi ponto de partida para o surgimento da localidade, em especial uma de suas fazendas, a do Rio Pardo, com extensão de aproximadamente 13.262 alqueires, apossada por José Dias Campos ainda na primeira década do Oitocentos.[1]

Campos era português e chegou à região após passar um período em Minas Gerais, onde se casou e teve filhos.[2] Ele e seus filhos apossaram-se das terras em questão no ano de 1811, denominando Ribeirão Preto o principal curso d'água da fazenda. Posteriormente, as terras não efetivamente ocupadas pela família Dias Campos na fazenda Rio Pardo foram ocupadas por outra família que chegava à região: os Reis de Araújo. A partir daí, começa uma disputa judicial pela posse das ditas terras, contenda que chegou ao fim em 1846. Nesse ano, as terras em questão foram avaliadas e os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos o montante combinado. A posse então ficou definitivamente nas mãos da família Reis de Araújo.

E foram os próprios Reis de Araújo que tentaram, pela primeira vez, doar terras ao patrimônio de São Sebastião, ainda em 1845. O processo teve várias etapas e o local da doação mudou algumas vezes. Finalmente, em 19 de junho de 1856, a doação foi registrada e aceita pela Igreja, sendo o patrimônio demarcado. À demarcação do patrimônio seguiu-se a construção de uma capela provisória, substituída pela igreja matriz no final da década de 1860.

A localidade foi elevada à categoria de freguesia em 1870 e, em 1871, pela lei nº. 67, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação "Villa da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto", sendo oficialmente desmembrada de São Simão. Com esse desmembramento, a então vila de São Simão perde mais da metade de seu território. A Câmara Municipal foi criada em 1874 e as primeiras eleições ocorreram em 22 de fevereiro daquele ano. O início das atividades administrativas ocorreu em 13 de julho de 1874. A localidade contava então com quatro ruas, seis travessas e dois largos. (MIRANDA, 1971, p. 14) O primeiro levantamento mais completo sobre a população ribeirão-pretana e suas atividades econômicas ocorreu em 1874, como parte do Recenseamento Geral do Império de 1872.[3] Naquele ano, existiam 5.552 habitantes, dos quais 857 escravos.

Sobre a localidade e a cafeicultura, são escassos os relatos de época. Por se tratar de um município de fundação recente, a vila de Ribeirão Preto não recebeu a visita de nenhum dos conhecidos viajantes que percorreram a Província de São Paulo durante o século XIX. Foi somente em meados da década de 1870 que a localidade começou a atrair a atenção dos paulistas, sobretudo dos cafeicultores já estabelecidos em outras regiões. O historiador local José Pedro de Miranda escreveu, em 1986:

> Não conhecemos toda a História do Café, em Ribeirão Preto. É de certeza absoluta de que sua introdução se tenha dado bem antes de 1870. [...] Em 1876, o Dr. Luiz Pereira Barreto vem para Ribeirão Preto, para a região de Cravinhos. Planta café,

> mas de forma científica. Racional, embora o café já existisse, pelo menos em pequena escala para uso doméstico. (MIRANDA, 1986, p. 36)

Filho de cafeicultores e nascido na cidade de Resende, no Rio de Janeiro, Luiz Pereira Barreto estudou medicina em Bruxelas, onde conheceu a filosofia positivista. Regressou ao País na década de 1860, já formado, fixando residência em Jacareí, onde abriu seu consultório. Sua atuação como médico e como divulgador do positivismo no Brasil lhe rendeu prestígio e chamou a atenção da direção de um jornal da capital paulista. Em 1876, a "Província de São Paulo" o convidou a colaborar com uma série de artigos sobre as qualidades da terra roxa, comum no interior da província. (LINS, 1964, p. 56)

Segundo Plínio Travassos dos Santos, outro historiador local, foi motivado por esse convite que Pereira Barreto e alguns familiares visitaram a região de Ribeirão Preto naquele ano. A excursão começou em Resende, de onde partiram José Pereira Barreto, Fabiano Pereira Barreto, Antonio de Paulo Barreto Ramos, Miguel Pedroso Barreto e Francisco Pereira Barreto em direção a Jacareí, a fim de encontrar Luiz. Partindo de Jacareí, a família seguiu para Casa Branca, São Simão e, por fim, Ribeirão Preto. Visitaram a fazenda Cravinhos, pertencente a Antonio Caetano, lavrador e criador de suínos. Acreditando ser um bom negócio, os Barreto compraram a fazenda Cravinhos e, em novembro de 1876, acompanhados de seus escravos e pertences se mudaram para o "oeste paulista". (SANTOS, 1948, p. 38-39)

E não foi somente Luiz Pereira Barreto que publicou artigos elogiosos sobre a qualidade da terra e clima locais. No ano de 1877, incentivado pela leitura dos artigos de Pereira Barreto sobre a terra roxa, Martinho Prado Júnior, ou Martinico, como era mais conhecido, percorreu o município e relatou, com muitos detalhes, o que ia observando do caminho. O autor inicia o trecho sobre Ribeirão Preto dizendo que

> Estando em São Simão, cometeria uma grave falta, se por ventura deixasse de percorrer aquele município, cuja fertilidade e grandeza ouvira apregoar desde a infância, e se ma afigurava sempre como uma coisa fantástica. (PRADO JÚNIOR, 1877 *apud* COSTA, 1956, p. 55)

O município foi considerado populoso por Prado Júnior, embora fosse muito extenso e várias áreas ainda estivessem desocupadas. O padrão de vida dos habitantes da recém-criada vila impressionou o viajante, assim como a qualidade dos animais e das casas

> Descendo o vale do Retiro, encontrei numerosas habitações, todas próximas umas das outras, pertencentes a gente pobre, mais de uma pobreza que contrasta singularmente com a do povo de outros Municípios. As casas são todas cobertas de telhas, possuem ótimas pastagens e ha um certo bem estar, que não se encontra no seio da população de outros lugares. A explicação de tudo isso dá-se pela riqueza excepcional do solo. [...] O animal, o boi, o porco, devido às pastagens, é de aspecto diverso e gordo; enfim o pobre aí é rico, sem outro auxiliar mais que o fogo. (PRADO JÚNIOR, 1877 *apud* COSTA, 1956, p. 55)

As terras férteis da região permitiriam que ao lado do café outras culturas se desenvolvessem, pois em outros municípios o que acontecia era que o café acabava ocupando todas as terras produtivas, deixando para os pequenos agricultores áreas em que não se conseguia produzir e nem criar animais. Excluídos do sistema, limitavam-se a produzir apenas para subsistência, empobrecendo dia a dia. No caso ribeirão-pretano, segundo Prado Júnior, iriam coexistir a grande e a pequena lavoura, como partes complementares do complexo cafeeiro.

> Aquele que não plantar café, entregar-se-á a outra cultura, e imensas vantagens redundarão mutuamente daqui, como já disse, podendo excepcionalmente coexistir aí a grande lavoura, a par da pequena, podendo esta auxiliar poderosamente aquela. [...] (PRADO JÚNIOR, 1877 *apud* COSTA, 1956, p. 87)

Os relatos de Martinho Prado Júnior são esclarecedores. Descrevem o início da cafeicultura e exaltam as potencialidades da região. Não obstante, estão longe de fornecer maiores informações acerca dos primeiros cafeicultores, suas propriedades e seu modo de vida.

Uma característica marcante assumida pela cafeicultura paulista durante o século XIX foi a mobilidade. Conforme os solos iam se esgotando e os cafezais envelhecendo, a cultura cafeeira ia se deslocando, expandindo a fronteira produtora em busca de solos férteis e condições climáticas adequadas. No entanto, esse movimento não era iniciado pelos grandes cafeicultores. Esses, já estabelecidos nas localidades de onde a cultura era mais antiga, tinham a tendência de ir para regiões onde pequenos agricultores locais já haviam iniciado com sucesso o cultivo da rubiácea. Correndo menores riscos, os cafeicultores chegavam nas novas regiões com capital e escravos, comprando as terras mais adequadas ao café e expulsando os pequenos produtores. Esses, por sua vez, seguiam reproduzindo o mesmo comportamento, introduzindo a cafeicultura em localidades mais distantes. A fronteira da cafeicultura era assim mais uma vez ampliada.

Nelson Nozoe e José Flávio Motta, no artigo *Os produtores eventuais de café*, identificaram terem sido os pioneiros da cafeicultura em Bananal, no início do século XIX, agricultores com relativamente poucos recursos e que nem sempre contavam com a mão de obra de cativos. É interessante destacar que esses pioneiros da cafeicultura têm uma presença muito instável nas listas nominativas, principal fonte de dados utilizada pelos autores, e, ainda que sua presença no recenseamento fosse anotada, não era necessariamente acompanhada pela cafeicultura, atividade que muitas vezes voltava a aparecer em anos subsequentes. (NOZOE; MOTTA, 1999) O estudo apontou ainda que, apesar da presença marcante dos não proprietários de cativos entre os produtores eventuais de café, foram encontrados senhores de escravos entre eles, alguns até considerados de grande porte, com plantéis que chegavam a ter 41 elementos.

Como já foi dito anteriormente, a fundação da cidade de Ribeirão Preto data da segunda metade do século XIX e a lista nominativa mais próxima dessa data foi feita em 1835, ano em que a presença da cafeicultura na região era praticamente inexistente.[4] Pois bem, dentre os mais de 500 inventários consultados no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão, o primeiro a indicar o cultivo de café em terras ribeirão-pretanas foi o de José Venâncio Martins, falecido em 1868.

A família de José já vivia em terras da antiga freguesia de São Simão pelo menos desde 1822. Nesse ano, seu pai comprou de José Vitorino de Camargo uma parte de terras no lugar denominado Serra Azul. Em 1944, a mãe de José, após falecimento de seu marido, resolve fazer a divisão de seus bens ainda em vida, ficando as terras e os demais bens do seu extinto casal em posse de filhos e netos. (MARTINS, 1998, p. 347-348) Ao que tudo indica, José sempre viveu nas terras da fazenda Serra Azul. Segundo a lista nominativa de 1835, naquele ano ele tinha 32 anos, morava no mesmo quarteirão que sua mãe, era casado e tinha cinco filhos. Para ajudar nos trabalhos da lavoura e na criação de animais, José contava com a mão de obra de oito cativos, com idades variando entre dois e 30 anos. Sua renda anual era de aproximadamente 200$000 réis, proveniente da lavoura e da criação de porcos. A produção anual de gêneros era de 20 carros de milho, 20 alqueires de feijão e outros 20 de arroz. Não havia ainda a presença do café.

Voltando ao inventário, conforme as informações do processo, José faleceu no ano de 1868 em terras da antiga freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto, onde o inventário foi iniciado. De acordo com as informações da lista de qualificação de votantes de São Simão, José faleceu com aproximadamente 65 anos de idade. A segunda esposa de José, Maria Francisca, foi a inventariante.

A primeira esposa de José chamava-se Anna Leopoldina de Ávila.

Desse primeiro consórcio ficaram os seguintes filhos: Maria Victoria, na época já falecida; Francisco Venâncio Martins, que faleceu depois do inventariado; Joaquim Venâncio Martins; Francisco de Paula Martins; Helena Leopoldina de Ávila, também já falecida; José Venâncio Martins; e Maria das Dores. Do segundo casamento de José ficaram mais seis filhos: Martimiano Venâncio Martins, 15 anos; Paulina; Silvana, 11 anos; Lucinda, cinco anos; Maria, três anos; e Luis, com apenas três meses de idade.

A análise das informações do inventário de José mostra que no momento de seu falecimento ele era um próspero criador de gado e produtor de gêneros alimentícios, entre eles o café. A relação de bens possuídos pela família corrobora essa firmação, pois deixa transparecer a boa condição financeira do casal. O patrimônio de José estava dividido basicamente entre imóveis e escravos, correspondendo esses a 94,3% do total do *monte mor*. Os demais grupos de bens – bens móveis, animais e dívidas passivas – perfaziam 5,7% do total inventariado, o que não quer dizer que isoladamente esses grupos fossem pouco significativos. Os valores alcançados tanto pelos animais como pelos bens móveis são bem mais elevados do que o valor comumente encontrado nos demais processos da época.

Os bens móveis eram variados e continham até alguns itens que podem ser considerados de luxo, tais como a quarta parte de um faqueiro de prata. Além deste, foram encontrados também: um oratório com imagens, um armário, quatro rodas de fiar, um tear, diversas canastras e caixas, tachos e panelas de ferro ou cobre. A produção da lavoura e o sal, indispensável para o gado, aparecem também na relação de bens móveis. Na época do inventário, havia 50 alqueires de café com casca, 15 carros de milho e 23 sacos de sal. A criação de gado era composta por 29 cabeças de bovinos, entre estas nove vacas com cria, dez bois e nove novilhos. Além destes animais, José possuía também seis equinos e 30 porcos prontos para o abate.

Com relação aos escravos, a família possuía um plantel de 21 cativos, dos quais 12 homens e nove mulheres. A idade média dos homens foi calculada em 25 anos e a das mulheres em 21, excluindo-se dos cálculos uma cativa para a qual não havia informação de idade. O preço dos cativos variava muito. Entre os homens, ia de 400$000 a 1:500$000 réis e entre as mulheres, os preços iam de 100$000 e 1:300$000. O plantel inventariado, se comparado àquele de 1835, se mostra ampliado, passando de oito para 21 cativos. Um crescimento substancial que não pode ser explicado apenas pela reprodução natural de seu antigo plantel.[5]

Com relação aos bens imóveis, José possuía diversas partes de terras, além de lavouras de milho e café. As terras mais valiosas eram as da fazenda Serra Azul, avaliada em 8:000$000 réis. As demais partes de terra do casal estavam localizadas na fazenda da Figueira e na fazenda Bocaiúva. Foram avaliadas também quatro casas de morada, três na fazenda da Figueira e uma na fazenda da Serra Azul. Os nove alqueires de lavoura de milho foram avaliados em 180$000 e o cafezal, em 1:150$000 réis.

As dívidas ativas – os valores a receber de terceiros – eram reduzidas, sendo compostas por apenas dois valores a receber de herdeiros do próprio espólio: os filhos Joaquim Venâncio Martins e Francisco Venâncio Martins, já falecido. Essas duas dívidas totalizavam 487$000 réis. Não havia dívidas passivas.

O *monte mor* alcançou o valor de 49:211$000, que, após descontadas as custas, gerou um *monte partível* de 48:811$100. A viúva recebeu a *meação,* no valor de 24:405$550 réis, e cada um dos filhos recebeu 1:877$350.

Dessa forma, a análise inventário *post-mortem* do primeiro cafeicultor da localidade de Ribeirão Preto mostra ter sido ele um homem de posses. Além de possuir diversas partes de terras, animais e escravos, entre seus bens móveis foi encontrada uma diversidade de ob-

jetos que não era comum na época e na região estudadas.

Proveniente de uma família que estava presente na região pelo menos desde 1822, José não parece se encaixar no conceito de produtores eventuais desenvolvido por Nozoe e Motta (1999). Não obstante, o fato de José não possuir o perfil de cafeicultor pioneiro conforme identificado pelos autores em Bananal não significa que na região de Ribeirão Preto a cafeicultura não tenha sido introduzida da mesma maneira. No entanto, por conta de se tratar de uma região de colonização mais recente, as fontes documentais que detalham a população e suas atividades econômicas são escassas, limitando-se à lista nominativa de 1835 e aos inventários *post-mortem* utilizados no presente artigo.

Ademais, o fato de o primeiro processo a arrolar café ter sido aberto em 1868 não significa que a cultura cafeeira na região tenha sido introduzida apenas no final da década de 1860. A existência de um pequeno estoque de café já colhido indica terem os pés de café sido plantados pelo menos de quatro a cinco anos antes, por volta de 1863 ou 1864. A historiografia local, apesar de dizer que provavelmente a introdução do café na região tivesse se dado antes de 1870, não conseguiu evidências documentais a esse respeito.

Outro ponto divergente entre as evidências apresentadas e a historiografia local é de que a introdução do café na região, segundo essa historiografia, teria se dado por meio de cafeicultores que vieram de outras regiões para plantar café em Ribeirão Preto. Ainda que tenha sido essa a forma de difusão do café na região, a evidência documental mais antiga a esse respeito, o inventário de José Venâncio Martins, mostra ter sido um dos pioneiros um agricultor e criador de animais proveniente de uma família antiga na região.

Referências

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lista de qualificação de votantes.* São Simão, 1867.

_____. *Lista Nominativa*. São Paulo, 1835.

BACELAR, Carlos de A.; BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na estrada do Anhangüera.* São Paulo: Humanitas, 1999.

COSTA, José Emboaba da. *Álbum comemorativo do primeiro centenário da fundação da cidade de Ribeirão Preto.* São Paulo: Schmidt, 1956.

LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro.* Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LEVI, D. E. *A família Prado.* São Paulo: Cultura 70, 1977.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MARTINS, Roberto Vasconcellos. *Fazendas de São Simão.* Pontal, 1998.

MIRANDA, José Pedro de. *Breve históridо dos poderes legislativo e executivo de Ribeirão Preto.* Ribeirão Preto, 1979.

_____. *Ribeirão Preto através de sua história.* Ribeirão Preto, 1986.

_____. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje.* Ribeirão Preto: Eldorado, 1971.

NOZOE, Nelson Hideiki; MOTTA, José Flávio. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). *LOCUS: revista de história*, v. 5, n. 1, p. 33-50, 1999.

PRADO JÚNIOR, Martinho. In: COSTA, Osmani Emboaba da. *História da fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo, 1955.

SANTOS, Plínio Travassos dos. *Ribeirão Preto histórico e para a História.* Ribeirão Preto, 1948.

1 Sobre a família Dias Campos e a fazenda Rio Pardo ver (MARTINS, 1998), (BACELAR; BRIOSCHI, 1999) e (LAGES, 1996), de onde foram extraídas as informações apresentadas.

2 Informações dadas a Martins por Wanderley dos Santos, Diretor do Arquivo Público Municipal de Franca, já falecido. (MARTINS, 1998, p. 271)

3 Na província de São Paulo, esse levantamento ocorreu em 1874.

4 Nessa época, a região de Ribeirão Preto pertencia à vila de Mogi-mirim, que compreendia as então freguesias de Mogi-guaçú, Casa Branca, Caconde, São João da Boa Vista, Penha e São Simão. A produção de café anotada foi de apenas 610 arrobas.

5 Ao que tudo indica, nenhum dos cativos listados em 1835 aparece no inventário de 1868.

(*) Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, campus de São Paulo. (E-mail: lslopes@usp.br).